

GIOVANI BERGER BRUSCO

**EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E REDES DE
TROCAS, ALTERNATIVAS PÓS-CAPITALISTAS
DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO?**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná - UFPR, como requisito parcial a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a Ana Lúcia Jansen de Mello Santana

CURITIBA

NOVEMBRO 2007

TERMO DE APROVAÇÃO

GIOVANI BERGER BRUSCO

EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E REDES DE TROCAS, ALTERNATIVAS PÓS-CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO?

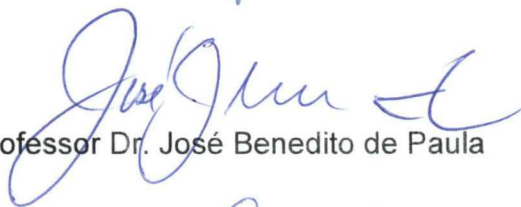
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Professora Dra. Ana Lúcia Jansen de Mello Santana



Professor Dr. José Benedito de Paula



Professor Dr. Francisco Paulo Cipolla



Curitiba, 28 de Novembro de 2007.

Agradeço primeiramente à minha tia Leila Berger Soares, que após o Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2002, me presenteou com o livro Movimento Monetário Mosaico, que foi organizado naquele Fórum e trata das alternativas monetárias que surgem do povo para romper os obstáculos gerados pelo sistema capitalista. A leitura deste livro me empolgou para ajudar na busca de mudanças do atual sistema, em busca de um sistema mais igualitário.

Agradeço também à minha família, por me proporcionar toda a base financeira e emocional para chegar até aqui, aos meus professores durante todo o curso, em especial à Professora Ana Lúcia que acolheu meu projeto de pesquisa, me motivou e compreendeu minhas dificuldades ao longo de todo o percurso.

Obrigado à todos, de todo o coração.

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 AS REDES DE TROCAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	13
2.1 CONCEITOS.....	13
2.1.1 Economia Solidária.....	13
2.1.2 Redes de Trocas Solidárias.....	16
2.1.3 Moeda Social.....	18
2.1.4 Juros Invertidos.....	19
2.2 A EVOLUÇÃO DAS REDES DE TROCAS.....	20
2.2.1 A Rede WIR.....	21
2.2.2 A Contribuição da Rede Sys.....	22
2.2.3 Os Circuitos de Capital e Consumo (C3).....	23
2.2.4 As Redes Barter.....	24
3 AS BASES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA ROMPER COM A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	26
3.1 A LÓGICA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO.....	27
3.1.1 O Modo de Produção Capitalista.....	27
3.1.2 A Lei Geral da Acumulação Capitalista.....	29
3.2 A LÓGICA SOLIDÁRIA DE PRODUÇÃO.....	31
3.2.1 A Forma Social de Produção Específica.....	31
3.2.2 As Redes de Trocas como Prática Solidária de Produção: o Processo Produtivo com Moeda Social.....	34
3.2.3 As Redes de Trocas e a Colaboração Solidária.....	35
3.2.4 Consumo Solidário e Labor Solidário.....	35
3.2.5 A Estratégia das Redes de Colaboração Solidária.....	37
3.3 A TRANSIÇÃO ENTRE MODOS DE PRODUÇÃO.....	39
3.4 A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E CAPITALISMO.....	39
4 A REALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO E SUAS RELAÇÕES COM A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	42
4.1 A REALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO.....	42

4.1.1	Dados Estatísticos dos Empreendimentos Solidários no Brasil	42
4.2	AS REDES DE TROCAS SOLIDÁRIAS NO BRASIL	46
4.2.1	A Rede Compras.....	46
4.2.2	A Rede C3 Paraná	47
4.2.3	Estatísticas das Redes de Trocas no Mundo	48
4.3	AS RELAÇÕES ENTRE OS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.....	50
4.3.1	Comercialização e Cooperação	50
4.3.2	O "Grau de Solidarismo" dos Empreendimentos Solidários.....	50
4.3.3	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária – EAFs	51
4.4	DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO – O EXEMPLO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS ITALIANOS	52
4.5	DIFICULDADES DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	55
4.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
5	CONCLUSÃO	57
	REFERÊNCIAS	60
	ANEXO 1 - ART. 18, DECRETO N.º 5.063, DE 3 DE MAIO DE 2004.....	64

LISTA DE SIGLAS

1	WIR – <i>Wirtschaftsring</i> (Círculo Econômico).....	18
2	C3 – CIRCUITO DE CAPITAL E CONSUMO	19
3	CCL – CIRCUITO DE CAPITAL LÍQUIDO	23
4	SIES – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA ..	41
5	EES – EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	41
6	EAF – ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO	41

RESUMO

Através da sua lógica de acumulação, o sistema capitalista vigente tem gerado de um lado, concentração de recursos nos grandes centros da economia para financiar o capital produtivo, e de outro lado escassez de capital e postos de trabalho. Este cenário tem levado empresas e trabalhadores do mundo todo a buscarem alternativas de captação de recursos e de inserção no mercado de trabalho. A Economia Solidária, que reúne necessidades individuais e isoladas em vínculos comunitários, faz com que essas necessidades ganhem força e expressividade por meio da solidariedade. Outra alternativa encontrada pelas empresas para vencer os obstáculos do modelo são as Redes de Trocas, através da troca de seus produtos com os de outras empresas associadas à Rede. Estas trocas não envolvem moeda nacional e sim um meio circulante próprio, a Moeda Social. Alguns autores afirmam que a união das experiências da Economia Solidária, organizadas em forma de rede, possa se configurar em uma alternativa pós-capitalista de produção e comercialização. Levando em conta a complexidade das relações produtivas modernas, e das lógicas capitalista e solidária de produção, defenderemos a idéia de que essa hipótese não ocorre. Avançando no assunto através da análise do papel das Redes de Trocas como prática solidária de produção, especificando como uma Rede de Colaboração Solidária busca romper com a acumulação capitalista e apresentando alguns dados históricos, estatísticos e econômicos dos Empreendimentos da Economia Solidária e das Redes, será respondida a pergunta-título do trabalho: os empreendimentos solidários e as redes de trocas se configuram como alternativas pós-capitalistas de produção e comercialização?

1 INTRODUÇÃO

O sistema capitalista vigente, através da sua lógica de acumulação da globalização financeira, tem feito com que os recursos para financiar o capital produtivo se concentrem nos grandes centros da economia globalizada. Com isso, grande parte da demanda do capital produtivo não tem sido atendida, deixando empresas potencialmente produtivas, sem o meio necessário para que realizem suas atividades, o dinheiro. Esta escassez de capital tem levado empresas do mundo todo a buscarem alternativas de captação de recursos para a produção.

Neste mesmo processo, as pessoas empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho, movidas pela necessidade de sobrevivência, buscam a sua valorização, a sua capacidade para trabalhar e empreender. Apesar de serem necessidades individuais e isoladas, elas ganham força e expressividade por meio da solidariedade, criando vínculos comunitários.

Trata-se da Economia Solidária, que é o conjunto das diferentes formas de organização, nas quais os cidadãos se mobilizam para construir sua própria fonte de trabalho ou apenas para ter acesso a bens e serviços de qualidade, ao custo mais baixo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais e coletivos.

Para Culti (2004) a economia solidária é uma economia que surge do povo, de maneira espontânea ou por indução de agentes externos que a apóiam, como agentes e instituições do poder público, da iniciativa empresarial e uma gama variada de ONGs, organizações não-governamentais sem fins lucrativos, e que resultam em relações que não correspondem às formas de comportamento tratadas pela teoria econômica convencional. Na perspectiva de Singer (2000, p.7-28), "[...] a economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir."

Nos últimos anos, em nível nacional, observa-se o surgimento de um conjunto de instituições, como a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, a organização da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores e a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. Mas o principal passo nesse âmbito ocorreu em junho de 2003 com a criação do Conselho

Nacional de Economia Solidária - CNES. através do mesmo ato legal que instituiu no Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Desde então a SENAES vem sendo construída, enquanto atua como entidade do Governo Federal, que propõe, organiza e implementa políticas de apoio à economia solidária.

Algumas das estrelas desta "constelação" citada por Singer (2000), são as Redes de Trocas, tema central deste trabalho, onde as empresas buscam recursos através da troca de seus produtos com os de outras empresas associadas à Rede. Estas trocas não envolvem moeda nacional, e sim um meio circulante próprio, a Moeda Social, aceito por todos os associados e que serve apenas para contabilizar as trocas, administradas por um sistema próprio.

A Moeda Social, portanto, é o instrumento dessa nova economia. Baseada nas idéias do austro-alemão Silvio Gesell (1862-1930) que idealizou um "mercado sem capitalismo" e que defendia o estímulo à circulação do dinheiro através de taxas de juros negativas, fortalecendo a economia local. Com o saldo desta moeda dentro do próprio sistema, as empresas podem comprar aquilo que necessitam para o seu processo produtivo.

As Redes de Trocas, além de sua configuração solidária - como a rede suíça WIR - também existem sob ideais capitalistas: as redes de trocas empresariais, como a rede Barter, nos EUA, as redes de trocas solidárias buscam rompimento com a acumulação capitalista e as empresariais não têm esses ideais em seu regimento.

De fato, as experiências existentes são, em alguns casos, bem diferentes entre si, tanto em relação à homogeneidade de um grupo, a relação com a emissão de moeda e de seu lastro, aos tipos de produtos e serviços ofertados, a área em que o grupo se encontra, como em relação à importância da rede para os integrantes de grupos solidários.

Neste trabalho serão abordadas principalmente as redes de trocas solidárias, sua evolução como manifestação da Economia Solidária, bem como sua relação com esta, os seus objetivos, princípios norteadores e limitações. Será analisada a afirmativa de que pessoas antes excluídas do mercado convencional conseguem se firmar no mercado solidário, uma vez que neste local seu trabalho, conhecimento e

aptidão são valorizados. Outra questão a ser pesquisada diz respeito à constatação, de maneira geral, que se faz distribuição de renda e riqueza e se trabalha a cidadania entre os membros.

Levando em conta a complexidade das relações produtivas modernas, e analisando exemplos empíricos, buscar-se-á comprovar que as próprias redes de trocas solidárias não têm se configurado em uma alternativa pós-capitalista, são complementares a este sistema e colaboram para a sua estabilização.

Para proceder tal análise, será utilizada como referencial de análise a Lei da Acumulação Capitalista de Karl Marx, buscando apresentar as bases da acumulação capitalista e como uma Rede de Trocas Solidárias pode romper tal processo.

Identificaremos os objetivos, bem como limites e desafios no que diz respeito ao cumprimento destes objetivos no campo teórico através da abordagem de Euclides Mance, e no campo empírico o problema será abordado através da evolução histórica das principais experiências das Redes de Trocas.

A principal Rede de Troca existente é a WIR, e foi fundada no ano de 1934 em Zurique. A organização cresceu em ritmo surpreendente, passou por diversas dificuldades e reformulações, sendo que em 1994, com 60 anos de existência já tinha cerca de 85.000 clientes, ou 20% do total dos negócios Suíços. Utilizaremos esta experiência para testar o confronto dos ideais solidários com as reações econômicas, e a relação histórica das redes com os ciclos de expansão e recessão, o mercado de trabalho e crédito.

Outro exemplo importante a ser abordado, e que baseou as primeiras experiências brasileiras foi a rede criada na Argentina, em 1995, que hoje conta com cerca de 500 mil associados, movimentando aproximadamente 4 bilhões de dólares/ano. Toda semana é realizada uma grande feira e são feitas trocas utilizando a moeda social criada pela própria comunidade.

No Brasil, a partir de 1998 observam-se experiências parecidas em comunidades nas cidades de Florianópolis, onde funciona a Ecosol; em Fortaleza, com a experiência Palmares; e no Rio de Janeiro, onde é utilizada a moeda social denominada Tupi.

Também hoje no Brasil, redes mais complexas como a rede Compras no Rio Grande do Sul, e a C3 Paraná. Estas redes servirão de base para uma análise

de como estas novas experiências surgidas na Economia Solidária, sob a forma do Circuito de Capital Líquido buscam uma forma institucional mais consistente de romper com a acumulação capitalista. Verificaremos como funciona esta forma de rede de troca, buscando avaliar a coerência das possibilidades que o modelo institucional oferece com o que de fato se realiza.

A grande questão em jogo, e hipótese central desta pesquisa, é que quando um empreendimento solidário compra insumos de empresas capitalistas, acaba estimulando o sistema capitalista e sua lógica de acumulação.

2 AS REDES DE TROCAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 CONCEITOS

Neste trabalho serão abordadas as Redes de Trocas em seus vários modelos existentes, desde os primeiros e mais rústicos, até os mais modernos e complexos. Portanto, por se tratar de tema recente, a parte introdutória se torna uma ferramenta valiosa para inserir o leitor no assunto de forma eficaz.

Desta forma, neste primeiro momento procederá uma narração do ambiente no qual surge este tipo de manifestação de Economia Solidária, para definir as Redes de Trocas indicando em busca de que vem à tona esta forma de organização, e sua forma de funcionamento.

Buscar-se-á isto reunindo algumas definições de Redes de Trocas Solidárias, procurando diferenciar uma cadeia produtiva solidária de uma Rede de Troca solidária propriamente dita.

2.1.1 Economia Solidária

Historicamente, mesmo nas fases de crescimento econômico e de evolução dos indicadores sociais, as tendências de repartição desigual da renda e de acesso diferenciado aos serviços e garantias sociais mantiveram-se constantes, pouco sensíveis ao desempenho da economia e às ações compensatórias de curto prazo. Indicadores como o coeficiente de Gini demonstram nas últimas três décadas que a desigualdade permaneceu estável, indiferente à evolução da economia, da política e dos costumes (MEDEIROS, 2005, p.47, p.249).

Mas de acordo com Lechat (2002):

Os empreendimentos de economia social surgem geralmente em cachos, sob o impulso de uma dinâmica sócio-econômica fruto de uma grande crise econômica, e como as crises não são idênticas e os atores e promotores também diferem de uma geração para outra, as diversas ondas de economia social têm personalidades diversas. (LECHAT, 2000).

Mas o grande ponto em comum é que estas situações levam os agentes

econômicos buscarem alternativas para exercer, além de suas necessidades vitais, suas liberdades individuais, através de manifestações como cooperativas de trabalho autogestionadas e as associações.

Segundo Defourny (2001) *apud* Lechat (2002): “há muita coisa em comum entre estas manifestações, que não pertencem unicamente à esfera sócio-cultural, fazem também parte da economia de não mercado, e para unir essas duas realidades, o termo economia social era muito apropriado.”

O rótulo de "*économie sociale*". segundo André Guélin, é difícil de definir, pois historicamente já serviu para referir-se a diversas realidades. Sendo assim, a definição atual da Economia Social, segundo o mesmo autor:

ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros. (GUÉLIN, 1998, p.13).

Já Laville (1994) *apud* Lechat (2002) caracterizava a economia solidária como:

um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. (LECHAT, 2002).

A economia solidária se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. (LAVILLE, 1994, p.211). Para Laville e Roustang (1999) *apud* Lechat (2002), o conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária.

Segundo Lechat (2002) o conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto o

concebe como:

uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO, 1993, p.40).

De acordo com a evolução, tanto dos acontecimentos econômicos, políticos e sociais recentes, quanto do pensamento econômico no que tange a economia solidária, as definições deste conceito foram sendo aprimoradas. Temos Gaiger (1999) que afirma em relação às iniciativas da economia solidária:

Essas iniciativas inserem-se numa realidade mais ampla, relativa ao desenvolvimento de uma economia alternativa, em que coexistem atores diversos e se sobrepõem interações locais, regionais ou em maior escala. Elas constituiriam uma alternativa econômica, por atenderem setores sociais sem porvir e apresentarem condições de viabilidade, e uma economia alternativa, por seus traços distintivos. Esse segmento econômico por certo não exclui outros agentes e tampouco dispensa o Estado. Sua viabilização e perdurância dependem ademais de modificações de maior envergadura no cenário social. Por outro lado, como veremos adiante, a novidade que representa abre caminho para repensar de forma não dicotômica os vínculos entre o econômico e o social. (GAIGER, 1999, p.7).

Mance (2001) avalia que o grande avanço nos anos 90 das práticas de *economia solidária* é fruto, entre outras razões, da progressiva conscientização da importância da organização de redes para o sucesso dos empreendimentos. Nas últimas décadas surgiram e se propagaram inúmeras práticas de colaboração solidária no campo da economia, entre as quais Mance (2001) elenca: renovação da Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores, *Fair Trade* ou Comércio Équo e Solidário, Organizações de Marca, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, os Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Micro-Crédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Bancos Éticos, Grupos de Compras Solidárias, Movimentos de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Sociais, difusão de Softwares Livres, entre muitas outras práticas de economia solidária.

Mance (2001) ainda relata que significativas parcelas de organizações que se inscrevem nessas práticas e que, em seu conjunto, cobrem os diversos

segmentos das cadeias produtivas (consumo, comércio, serviço, produção e crédito) começaram a despertar recentemente para ações conjuntas em rede.

2.1.2 Redes de Trocas Solidárias

Segundo Coraggio (1996), uma Rede de Trocas ou Clube de Trocas, como também pode ser chamado, funciona como um mecanismo de capitalização através da permuta de bens, serviços, comestíveis, plantas, roupas, quadro, enfim, tudo que existe na economia formal. É um mecanismo onde se privilegiam os valores humanos e sociais sobre a especulação e as condições materiais.

Como relata o Momomo (2001)

A troca como atividade social existe desde o principio dos tempos e consiste numa atividade essencialmente baseada na negociação entre duas partes - pessoas ou grupos de pessoas - que chegam a um acordo de que algo é equivalente a outro algo e passível de troca.

Com a grande concentração de renda que o mundo vive hoje o dinheiro está ficando cada vez mais escasso e se concentrando nas mãos de poucas pessoas.

Atualmente, 95% do capital mundial está a serviço da especulação financeira. Por isso, o cidadão tem o direito de se organizar de outras formas.

Esta forma de organização germina no espaço construído a partir da solidariedade de grupos, através da idéia de inserção no "mercado solidário" daqueles excluídos no mercado convencional, seja através da troca de seus produtos, conhecimentos, serviços, trabalhos e cultura de forma direta ou através da moeda social alternativa, um instrumento dessa nova economia.

Singer (1999), definiu as redes de trocas desta forma:

Un Club de Trueque es una asociación de personas desempleadas o subempleadas, es decir, que tienen potencial productivo desaprovechado por falta de demanda y necesidades insatisfechas por falta de dinero. En el Club se crea la demanda faltante y, al mismo tiempo, las personas satisfacen sus necesidades comprándose productos unas a otras. Se trata de un huevo de Colón cuyo secreto está en la emisión de una moneda propia del Club, que genera la demanda al monetarizar las necesidades insatisfechas de los miembros. (SINGER, 1999).

As Redes de Trocas surgem, portando no âmbito da Economia Solidária,

visto que segundo Mance (2002) "[...] de qualquer forma, todas as práticas fazem parte de um sistema antagônico à lógica do capital." A idéia de economia solidária surgiu no final da década de 50, na Europa, e a repercussão foi grande e contribuiu para o crescimento dessa prática no Brasil, onde hoje já existem milhares de comunidades que aderiram à economia solidária.

Na economia capitalista, a etapa de produção apresenta como fatores econômicos mais expressivos: o capital e o trabalho; já na economia solidária, Razeto (1993) destaca a presença do "fator C", representando a cooperação, a coletividade, a colaboração e a coordenação.

Segundo Mance (2001), a *colaboração solidária* aliada às organizações em forma de redes de trocas, pode constituir-se em uma estratégia adequada à organização de sociedades pós-capitalistas, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo solidárias, antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo. A este fenômeno o autor deu o nome de "Revolução das Redes", e a caracterizou como:

[...] uma proposta estratégica que visa conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e a infinidade de organizações populares da sociedade civil como associações, sindicatos, ONGs, etc., em um complexo movimento de realimentação capaz de fortalecer ao conjunto dessas organizações e integrá-las em crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo, às várias práticas de dominação política e cultural a fim de promover o bem viver das pessoas. (MANCE, 2001).

Assim, nesta estratégia de rede, quanto mais se distribui a riqueza, através do reinvestimento coletivo dos excedentes em força de trabalho ou meios de produção, mais a riqueza de todos aumenta. Para a que esta renda seja realmente reinvestida, Mance (2001) considera que as populações que estavam excluídas, ao serem incorporadas ao processo produtivo através destas redes, recebendo uma justa remuneração pelo seu trabalho, iriam consumir produtos e serviços solidários ativando o próprio processo produtivo.

Mance (1999) diz que os objetivos básicos de uma rede de trocas solidária são:

[...] atender as demandas de consumo dos membros das redes, produzindo e comercializando bens e serviços: produzir nas redes tudo o que seus membros ainda necessitem consumir do mercado capitalista: produtos finais,

insumos, serviços, etc., corrigir fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empresas capitalistas; gerar novos postos de trabalho e distribuir renda, com a criação de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes. Busca-se, portanto, integrar consumo, comercialização, produção e crédito em um sistema harmônico e interdependente, coletiva e democraticamente planejado e gerido, que serve ao objetivo comum dos integrantes. (MANCE, 1999).

A inovação está na forma do intercâmbio socioeconômico, no mecanismo multi-recíproco utilizado para fazer as trocas, no qual um grupo de indivíduos se reúne para realizar trocas e para isso emite uma moeda, que somente tem valor e aceitação no grupo, a chamada Moeda Social, sobre a qual haverá detalhamento mais adiante no trabalho.

Também é formada uma espécie de comissão que funciona como coordenadora do processo, fazendo o papel de banco central dessa moeda solidária. A coordenação é responsável pela emissão, guarda, distribuição, controle e escrituração da moeda (quanto cada membro do grupo recebeu de moeda). Quando uma pessoa adere a uma Rede ela recebe uma quantidade de moeda solidária o que equivale a uma quantidade de crédito obtido junto ao grupo. De posse dessa moeda pode transacionar dentro do grupo: comprar e vender. Logo, uma rede de troca é um mecanismo de crédito e capitalização dos micros e pequenos empresários do setor formal e informal.

A partir disto Mance (2001) conclui que a integração entre diversas manifestações da economia solidária e a expansão do consumo solidário, o qual Mance (2001) afirma que ele ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem viver pessoal, mas também o bem viver coletivo, uma vez que é no consumo que a produção se completa, são condições imprescindíveis para viabilizar o reinvestimento coletivo dos excedentes e o fechamento da cadeia produtiva, culminando no crescimento dessas redes e em uma consistente frente ao modo de produção capitalista.

2.1.3 Moeda Social

A troca de bens e serviços entre empresas nem sempre envolve valores ou necessidades equivalentes. Para que sejam permutados, então, é necessária a adoção de uma "moeda" que circule livremente entre os associados a uma rede de

trocas e que alguém gerencie essa moeda.

O uso do dinheiro próprio nas redes de trocas vem fortalecendo a idéia da moeda social, na qual são incorporados elementos de natureza social e de criação de relações econômicas sob bases solidárias.

Nas redes, a moeda é social porque é uma unidade de medida que favorece as trocas solidárias e os pagamentos. Um grupo brasileiro, que vem desenvolvendo uma experiência similar aos clubes argentinos, explica sua idéia de moeda social:

[...] não é um sistema alternativo e sim complementar à economia. Ela é produzida, distribuída e controlada pelos seus usuários. Por isso, o valor dela não está nela própria, mas no trabalho que vamos fazer para produzir bens, serviços, saberes e depois trocar com o resultado do trabalho dos outros. A moeda enquanto tal não tem valor, até que começemos a trocar trabalho com trabalho. Aí então, ela vai servir de mediadora dessas trocas. Ela é diferente também porque a ela não está ligada nenhuma taxa de juros. Por isso não interessa a ninguém guardá-la, entesourá-la. Interessa, sim trocá-la continuamente por bens e serviços que venham responder às nossas necessidades. Esta moeda será sempre um meio, nunca um fim. Não será inflacionária nem jamais poderá ser usada como especulação (MUTIRÃO ABOPURU. *Apud* BÚRIGO, 2000).

Nos moldes mais modernos das Redes de Trocas, os chamados Circuitos de Capital Líquido, essa moeda social é taxada com uma "taxa de juros invertidos", com o intuito de fazer esta moeda circular mais, beneficiando os agentes locais. A idéia de tarifar o dinheiro "improdutivo" vem da década de 30, através do austro-alemão Silvio Gesell, como veremos a seguir.

2.1.4 Juros Invertidos

Para solucionar o problema da acumulação de dinheiro de forma improdutivo, Gesell (1929) propôs criar uma moeda, onde sua posse é taxada, uma "taxa à liquidez":

Este mecanismo funcionaria de tal forma, que cada unidade de dinheiro seria, periodicamente, taxada com um percentual de seu valor. Por exemplo, se a taxa for 1% ao mês, isto implicaria que por cada 100 reais que alguém possui, ele deverá pagar 1 real ao final do mês. Ele ficaria, portanto, com 99 reais, pelos quais, se ele não os gastasse, deveria pagar 99 centavos de taxa ao final desse mês. (RAMADA, s/d).

Segundo Gesell (1929), esta solução acabaria acelerando a circulação do dinheiro e ao mesmo tempo disponibilizaria montante para investimentos, cumprindo assim os mesmos objetivos do sistema financeiro atual, inibindo a acumulação e a defasagem do sistema produtivo ao sistema especulativo.

Gesell (1929) defende que, introduzindo juros invertidos, serão aproveitadas ao máximo as funções essenciais do dinheiro, fazendo dele uma ferramenta econômica, ao invés de uma arma de poder.

Esta idéia serviu de base para o surgimento de várias experiências de moedas paralelas ao redor do mundo, respaldadas tanto por prefeituras, como pela própria população nos clubes de trocas, como veremos nas experiências históricas que relataremos mais adiante.

Dentro das redes de trocas, mais especificamente utilizado nos Circuitos de Capital Líquido, como a rede Compras e a C3 Paraná, o dinheiro deve se movimentar, caso contrário as possibilidades dos membros participantes serão bloqueadas. É uma rede para empreendedores e não para especuladores. Por isso existe o regulamento que estabelece que o membro que não utilizar os seus haveres dentro de duas semanas, deverá pagar juros negativos, ou deverá colocar o dinheiro numa conta de poupança sem juros e sem custos, com o qual outros podem ser financiados.

2.2 A EVOLUÇÃO DAS REDES DE TROCAS

A evolução das organizações de trocas de mercadorias, embora seja motivada pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelos seus participantes, não tem os ideais solidários seguidos em todas as suas manifestações.

A despeito de a nossa pesquisa ser focada nas redes de trocas solidárias, é de suma importância uma breve perspectiva histórica do progresso das redes de trocas em si, solidárias ou não, para o pleno entendimento dos modelos que temos hoje em vigência, e que serão o objeto de análise da pesquisa, a Rede C3 Paraná, e a Rede Compras localizada no Rio Grande do Sul.

A perspectiva histórica será abordada inicialmente através da Rede WIR, passando posteriormente pela contribuição da Rede Sys. Logo após avançaremos com as formas mais recentes de redes de trocas, os Circuitos de Capital e Consumo e as redes Barter.

2.2.1 A Rede WIR

A Rede de Trocas WIR foi fundada em outubro de 1934 em Zurique, por 15 empreendedores cooperativos. No começo, o círculo econômico de WIR não tinha limitações quanto à adesão: havia além de representantes da classe média, fazendeiros, empregados civis e executivos que se transformaram em participantes da Rede WIR. Era principalmente o crédito livre de taxa de juros que interessava ao se adquirir as unidades internas WIR como poder de compra extra. Logo a organização cresceu em uma taxa surpreendente. e segundo Defila (1994), em 1935 alistou mais de 1000 clientes que trocavam ativamente bens e serviços.

A segurança dos créditos dados pôde ter sido suficiente para negociar entre amigos, mas não conseguiu obter êxito quanto confrontado com a realidade. Mas de acordo com a análise feita por Struder (1998), depois que a Rede foi posta sob a lei de operação bancária suíça, teve algumas atribuições bancárias. Devido aos padrões legais, muitos destes créditos considerados perigosos tiveram de ser avaliados, e reservas correspondentes passaram a ter que ser mantidas. Os fundadores com seus ideais solidários foram forçados pela primeira vez a experimentar as contrapartidas da realidade econômica. Medidas foram tomadas para manter um determinado nível do retorno de WIR nos anos de guerra 1939-1945.

Os anos pós-guerra trouxeram um grande desenvolvimento para a rede WIR. Havia uma demanda forte para os créditos vantajosos de WIR. Durante os anos 50 e 60 a organização experimentou uma tendência ascendente. Mas infelizmente, como relata Stodder (1998), as unidades WIR não foram poupadas dos efeitos negativos da mentalidade e do interesse próprio de crescimento. Negociar créditos WIR com um desconto especial. transformou-se uma ameaça à viabilidade do sistema, na medida em a rede vinha sofrendo com inflação interna: as unidades WIR que circulavam na rede tinham, segundo o regulamento, o mesmo valor do franco suíço, mas na prática valiam muito menos. Em 1973 foi restringida a entrada de grandes empreendedores, aceitando somente membros da classe média comercial. Isto caracteriza uma restrição de oportunidades, contradizendo o ideal solidário, e contribuindo para que muitos empreendedores utilizem o sistema puramente capitalista.

Hoje, a Rede WIR tem cerca de 85.000 clientes, ou 20% do total dos negócios Suíços. Mas repetidas vezes teve que rever suas ideologias e sua

missão. Teve que adaptar seus princípios à situação econômica em mudança. Enfrentou críticas, freqüentemente de natureza ideológica, apesar de suas contribuições reais à classe média comercial.

Stodder (1998) mostra que a WIR contribui à estabilização da economia nacional suíça. Pode-se dizer, em resumo, que no curso dos últimos 50 anos, o sistema de WIR deu a prova de seu caráter profundamente anti-cíclico. Nos períodos do crescimento econômico, tendeu a crescer mais lentamente do que a média econômica, quando nos períodos de recessão, tendeu a crescer mais rapidamente do que a média. Assim contribui à estabilidade da economia suíça. A pesquisa de Stodder também constatou correlação entre o sistema de WIR e o desemprego: quando o número dos desempregados cresce, a atividade do sistema de WIR cresce também, admitindo um estabilizador. Tal estabilidade, naturalmente, é o objetivo preliminar da política monetária do banco nacional suíço. O sistema de WIR é assim, se intencionalmente ou não, um sócio útil ao banco nacional, e não uma força para perturbar sua política monetária.

2.2.2 A Contribuição da Rede Sys

Como vimos anteriormente, a Rede WIR precisou de mais de 50 anos para chegar ao seu atual tamanho. Nos tempos em que haviam menos participantes na rede, nem sempre foi tão atrativa. Apesar do crédito em unidades WIR ter sido bem barato, nem sempre era possível gastar o "saldo WIR" tão facilmente. Portanto, as redes que usam este sistema se tornam atrativas quando chegam a ser grandes e pode-se comprar tudo o que é necessário para a produção.

Uma compilação histórica contida em Momomo (2001), relata que em 1962 o holandês Hank Monrobey, graças ao amplo conhecimento adquirido na área de economia de redes, foi contratado como consultor pela rede de empresas solidárias da suíça WIR, para solucionar o problema da inflação interna, já referido anteriormente.

Momomo (2001) também descreve que após um exame intensivo da situação, Monrobey chegou à conclusão que a inflação era provocada pelo fato da oportunidade de gastar as unidades WIR ser muito restrita e, portanto, elas ficavam acumuladas. Ele desenvolveu a solução para este problema: envolver os consumidores na rede e vender a eles os produtos da rede cobrando francos

suiços. Os membros vendedores receberiam o valor dos produtos em unidades WIR. O dinheiro recebido poderia ser utilizado pelos membros com saldos elevados que não conseguiam gastar. Os francos obtidos dos consumidores poderiam ser utilizados para comprar para eles os produtos que não eram produzidos dentro da rede. Desta maneira ninguém ficava com saldo positivo e as unidades WIR voltariam a ter o mesmo valor do franco suíço.

Para a diretoria daquela época, infelizmente, esta solução não era aceitável pois os membros que vendiam diretamente aos consumidores não se dispunham a trocar parte dos francos recebidos por unidades WIR. É lógico, pois estes membros sabiam perfeitamente que as unidades WIR valiam menos. Surgiu então um impasse que fez com que a situação negativa permanecesse.

Em razão disso alguns membros decidiram formar, junto com Monrobey, uma nova rede: Sistema Sys. Nesta versão do WIR melhorada os consumidores também eram bem-vindos enquanto membros. É claro que este novo sistema começou com muito menos membros do que a WIR e consumidores precisavam ser atraídos com a oferta de descontos. A intenção era reunir o dinheiro necessário para cobrir os descontos fazendo com que, a cada venda realizada dentro da rede, a empresa vendedora pagasse uma pequena porcentagem a título de taxa de despesas de transação. Logo se verificou que a ampliação do sistema era lenta demais para tornar-se rentável em curto prazo. Com poucos membros, o dinheiro arrecadado dos consumidores precisava ser gasto entre uma gama reduzida de produtos, assim, esta experiência promissora teve que ser interrompida.

2.2.3 Os Circuitos de Capital e Consumo (C3)

Ainda de acordo com Momomo (2001), nos anos seguintes, Monrobey desenvolveu uma abordagem que permitia uma ampliação muito mais rápida, de modo que seria necessário menos tempo para tornar uma nova rede solidária atraente. Na década de 80, ele iniciou esta abordagem totalmente nova nos Países Baixos. A opção pelos Países Baixos se deveu ao fato de que as despesas administrativas podiam ser mantidas baixas utilizando o mais recente desenvolvimento na área da comunicação: a televisão interativa.

Os Países Baixos tem uma elevada densidade demográfica onde, naquele

momento, mais da metade da população tinha uma assinatura de TV a cabo. Por isso o país foi um dos poucos lugares do mundo onde a televisão interativa se desenvolveu. Monrobey viu nisto uma oportunidade única para ampliar rapidamente a rede e, ao mesmo tempo, restringir ao mínimo as despesas administrativas e de comunicação. Assim teve início nos Países Baixos, em 1982, o primeiro Circuito de Capital Líquido (CCL - *liquid capital circuit*) do mundo. Com uma relação de colaboração entre empresas independentes comparáveis ao do Sys, passou a concorrer com grandes multinacionais.

Tudo parecia funcionar bem: a compensação funcionava, a rede se ampliava em tempo recorde. Mas este sucesso também despertou força contrária. Um lobby de grandes empresas levantou o seguinte questionamento ao parlamento nacional: se a empresa de televisão (estatal) podia ser utilizada para tal finalidade. O governo decidiu que estava havendo concorrência desleal e proibiu que a empresa de televisão continuasse a alugar suas facilidades interativas à rede. Assim desapareceu a possibilidade do baixo custo de realização da administração das transações dentro da rede e a CCL teve que ser encerrada.

Quando a Internet proporcionou novas possibilidades baratas de comunicação que não podiam ser facilmente proibidas pelas autoridades, e o dinheiro virtual começou a ser largamente utilizado, surgiram em 2002, os novos modelos de Circuitos de Capital e Consumo – C3, também chamados de Circuitos de Capital Líquido, os quais podem ser interligados entre si pela Rede Mundial de Computadores, efetuando, sem elevados custos administrativos, trocas e compras entre diferentes Redes, no mundo todo.

Os atuais Circuitos de Capital e Consumo são uma rede econômica que unem as cadeias produtivas solidárias aos consumidores. Os C3 são localmente baseados, e possuem uma estrutura de decisão totalmente democrática. Dentro deles, dinheiro dos consumidores é liberado e usado para melhorar a produção e eliminar os juros. Desta forma se conseguem as mesmas vantagens que hoje tem as empresas multinacionais, mantendo as empresas do C3 totalmente independentes. Os preços aos consumidores podem ser bem menores que na economia capitalista, já que não precisam ser pagos juros nem acionistas.

2.2.4 As Redes Barter

O modelo mais freqüente deste tipo de organização no mundo, principalmente nos Estados Unidos são os chamados "círculos de Barter" (redes de trocas multi-recíprocas inter-empresariais), onde em geral, empresas comerciais oferecem o serviço de administrar as transações a seus clientes, geralmente empresas independentes de médio porte. Por este serviço cobram uma taxa, normalmente 10%-15% do valor da transação, como relatado em Momomo (2001).

Segundo Momomo (2001), a grande deficiência deste tipo de redes Barter é que as unidades adquiridas somente podem ser gastas internamente. Porém as empresas têm necessidades muito específicas para seus insumos, não sendo fácil realizar uma circulação interna contínua.

Este tipo de Rede, não acompanha os ideais solidários, mas devido a sua relevância no que tange um "sistema de trocas", é interessante para nossa pesquisa. A respeito das redes de trocas empresariais, em Momomo (2001), temos:

[...] as redes Barter só se viabilizam se forem grandes, de forma que se possa adquirir uma grande variedade de produtos. Pois, qual empresa iria querer vender seus produtos por unidades WIR se não pode receber por elas produtos úteis para si. Por este motivo muitas empresas usam o Barter para vender seu excedente, onde qualquer retorno é lucro. Os sistemas Barter comerciais somente funcionam com um grande esforço de intermediação, cobrando comissões e procurando as maiores transações possíveis. (MOMOMO, 2001).

Ainda como relata Momomo (2001)

Mas a restrição do meio de intercâmbio à circulação interna também tem sua vantagem: a rede fechada aumenta a chance de que o gasto retornará como demanda aquisitiva de parte de outra empresa. Portanto, é de bom senso econômico optar por um equilíbrio entre um preço baixo e uma maior porcentagem de retorno.

3 AS BASES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA ROMPER COM A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O promissor quadro de avanço das experiências da economia solidária, além de acarretar rapidamente no apoio de ativistas, agências dotadas de programas sociais e órgãos públicos, suscitou o interesse dos estudiosos para o problema da viabilidade desses empreendimentos em longo prazo, bem como para a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho.

Foram realizadas formulações corajosas, afirmando que as novas experiências surgidas na Economia Solidária, engajadas através de uma Rede de Colaboração Solidária estão constituindo um novo modo de produção, com o intuito de romper com a acumulação capitalista (MANCE, 2000). Formulações que associam a economia solidária a um novo modo de produção, não-capitalista (TIRIBA, 1997; SINGER, 2000; VERANO, 2001), porém a questão é complexa e as constatações desses trabalhos são carentes de uma evolução lógica para chegar à tal afirmação.

Para avaliarmos a consistência dessa afirmação do ponto de vista teórico, apresentaremos as lógicas capitalista e solidária de produção. Dentro da lógica capitalista, será abordada primeiramente a teoria em que se situa originalmente a categoria modo de produção, e completaremos através da Lei Geral da Acumulação Capitalista elaborada por Karl Marx.

Já no que tange a lógica solidária de produção, serão utilizadas as análises realizadas por Luiz Inácio Gaiger e Paul Singer. Avançaremos no assunto especificando o papel das Redes de Trocas como prática solidária de produção, trazendo a visão de Euclides Mance de como uma Rede de Colaboração Solidária busca romper com a acumulação capitalista. No próximo capítulo, buscar-se-á através do levantamento de dados empíricos averiguar se esta busca realmente está ocorrendo, e se o caminho para as bases desse novo modo de produção realmente está sendo traçado.

O raciocínio será finalizado mostrando a complexidade da transição entre modos de produção diferentes, e como essas diferentes formas de produção

convivem sob o mesmo sistema.

3.1 A LÓGICA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO

3.1.1 O Modo de Produção Capitalista

O *modo de produção* é a categoria criada por Marx, para expressar as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas. Essas determinações encontram-se para Marx no modo como os indivíduos, de uma dada sociedade, organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência; mais precisamente, na forma que assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas. (GAIGER, 2000).

Marx observou mais de um *modo de produção* na evolução histórica das sociedades, por exemplo, na economia camponesa o trabalhador é o proprietário dos meios de produção, utiliza-os individualmente ou em pequenas unidades de produção, geralmente familiares, e negocia seu produto em condições que fogem à sua lógica e domínio.

Segundo Marx *Apud* M. Godelier, um *modo material de produção* é definido como:

os elementos e as formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para extrair os meios materiais necessários às suas necessidades, produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social. (1981, p.169).

Esses elementos materiais compreendem as matérias-primas, os meios de trabalho utilizados, as capacidades físicas e intelectuais requeridas, as operações e procedimentos, bem como as combinações entre esses elementos, do que resultam variadas formas de apropriação da natureza.

A instauração plena de um *modo de produção* exige conceber previamente um novo *modo material de produção*. A alteração profunda do modo de apropriação da natureza é ao mesmo tempo, requisito e vetor de toda nova formação social (GODELIER, 1981, p.177-8 *Apud* GAIGER, 2003).

O conceito de modo de produção representa a forma estruturante de cada

sociedade, pela qual são providas as suas necessidades materiais, em um dado estágio do seu desenvolvimento. Em seu cerne, como elemento distintivo, comporta um mecanismo social específico de criação, controle e apropriação do *excedente social* gerado pelo trabalho, o que lhe atribui uma lógica e traços próprios, imanentes à sua reprodução e ao padrão dinâmico de sua evolução histórica (SHANIN, 1980, p.61 *Apud* GAIGER, 2003).

Embora o modo de produção constitua "uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas fases distintas, é à produção que pertencem a determinação fundamental e o ponto recorrente." (GORENDER, 1978, p.23 *Apud* GAIGER, 2003).

A função de produção da vida material tem o poder de explicar a organização e a dinâmica geral da sociedade. No âmago da base material desta função, há contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. As relações sociais de produção são definidas pelo tipo de acesso e controle dos indivíduos sobre os meios de produção, o papel que desempenham no processo de trabalho e os benefícios por eles auferidos na distribuição do produto social. Ambas constituintes do modo de produção, fazem mover a sociedade e terminam por alterar a sua forma. (GAIGER, 2000).

O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: um regime de produção de mercadorias; a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores; a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção. A mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital.

O capitalismo, portanto, está fundado numa *relação social*, entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de sua capacidade de trabalho.

No curso do seu desenvolvimento, o capitalismo provocou uma contínua transformação da base técnica em que se assenta, mediante enorme impulsão das forças produtivas. Como recorda Singer, "As revoluções industriais tornaram-se economicamente viáveis porque a concentração do capital possibilitou o emprego de

vastas somas na atividade inventiva e na fabricação de novos meios de produção e distribuição." (2000, p.12).

Criando sua base própria, renovando-a continuamente segundo suas necessidades, o capitalismo realiza o que mais importa num modo de produção: instaura o processo que vem a repor a sua própria realidade, a reproduzi-la historicamente. Como assinala Giannotti:

É somente para evitar que se coloque num mesmo nível de realidade o modo de produção capitalista e os modos de produção subsidiários, que se torna então conveniente reservar a categoria de modo de produção para designar o movimento objetivo de reposição que integra, num mesmo processo autônomo, a produção, a distribuição, a troca e o consumo, deixando outros nomes para as formas produtivas subsidiárias, que o modo de produção capitalista exige no seu processo de efetivação. (1976, p.167).

Várias formas secundárias podem surgir, difundir-se e desaparecer durante a vigência de um modo de produção. Cada modo de produção é caracterizado por uma forma social de produção específica. Como exemplifica Gaiger (2003):

Nas sociedades tribais primitivas, pelas relações de parentesco, que ordenavam a apropriação do território, chave para garantir os meios de subsistência; no feudalismo, pela manumissão das obrigações servis, exercida pelos senhores da terra sobre quem nela trabalhava; no capitalismo, pelas relações assalariadas, entre os vendedores da força-de-trabalho – o proletariado – e os detentores dos meios de produção – a burguesia.

Gaiger (2003) assinala ainda que as estratégias adotadas pelo atual capitalismo avançado - de segmentação do processo produtivo, emprego de operários polivalentes e adoção de contratos de trabalho precários - nada mais são do que variações jurídico-formais da relação assalariada, tendo por finalidade a continuidade da acumulação.

3.1.2 A Lei Geral da Acumulação Capitalista

Em sua obra "O Capital", Marx (1890) buscou analisar a dinâmica do sistema capitalista. Para efeitos didáticos considerou a composição do capital produtivo numa economia capitalista, resultado da soma de capital constante e

capital variável. A proporção de capital constante são os meios de produção e a proporção em capital variável, a força de trabalho.

Supondo que não se altere a composição do capital produtivo (proporção entre capital constante e variável), o acréscimo de capital implica em aumento de força de trabalho, ou seja, aumenta a procura por força de trabalho na mesma proporção do capital.

No entanto, o capital acrescido (capital original mais aquele produzido ou mais valia produzida em determinado período) aumenta a necessidade de desenvolver ou empregar esse capital adicional em novos empreendimentos ou em novos mercados. Quando a acumulação de capital ultrapassa a escala de crescimento e a capacidade da força de trabalho, a procura por trabalho será maior que sua oferta, ocorrendo a elevação dos salários. Como decorrência a acumulação diminui, e esse decréscimo faz desaparecer temporariamente a própria causa que originou a desproporção entre capital e força de trabalho explorável.

Marx(1890) enfatiza que é a produtividade do trabalho social que se torna a mais relevante alavanca da acumulação capitalista. O grau de produtividade do trabalho numa dada sociedade se exprime pelo volume relativo dos meios de produção que o trabalhador transforma em produto, num dado tempo com o mesmo dispêndio em termos de força de trabalho.

Um aumento de produtividade condiz com o aumento da massa de meios de produção; e com o oecréscimo da quantidade de trabalho para por em movimento essa massa de meios de produção. Um aumento de produtividade impulsiona uma mudança da composição técnica do capital, em outras palavras, o aumento dos meios de produção comparado com a quantidade de trabalho necessário para colocá-lo em movimento. O aumento da parte constante do capital reflete no decréscimo da parte variável.

Com a produtividade crescente do trabalho, como aponta Marx (1890), cai o valor dos meios de produção em comparação com seu volume crescente que é consumido, ou seja, o capitalista despende cada vez menos capital para comprar um volume crescente de meios de produção. Assim sendo, acabam acompanhando este processo, métodos para elevar a força produtiva do trabalho e acelerar a produção de mais valia e conseqüentemente a acumulação.

Juntamente com o crescimento da acumulação do capital, cresce também o número de capitalistas e também a batalha da concorrência por meios de

redução de preços das mercadorias, que é diretamente dependente da produtividade do trabalho e esta da escala de produção. Com isso, Marx (1890) indica que os grandes capitais esmagam os pequenos, a centralização amplia e acelera ao mesmo tempo as transformações na composição técnica do capital, a qual aumenta a parte constante sobre a parte variável, reduzindo assim a procura por trabalho.

Na análise de Marx(1890), foi constatado que é o volume da parte variável do capital que determina a procura de trabalho. Além disso, esse volume cai relativamente ao capital total com o aumento do capital global, já que a taxa de crescimento da parte variável do capital é proporcionalmente menor.

A conclusão alcançada por Marx (1890) é a de que é necessário que a acumulação do capital global seja acelerada em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores, ou para manter os trabalhadores que se encontram empregados. O próprio fenômeno da acumulação faz com que uma população excedente de trabalhadores seja condição necessária para a continuidade da acumulação e da riqueza capitalista.

O desenvolvimento da riqueza capitalista gerado por este processo, aliado ao desenvolvimento da produtividade do trabalho, faz crescer a força do capital e a massa de riqueza, impulsionando novos ramos de produção.

3.2 A LÓGICA SOLIDÁRIA DE PRODUÇÃO

3.2.1 A Forma Social de Produção Específica

Visto como funciona a lógica capitalista de produção e reprodução, será analisado como funciona a lógica solidária, para ao final serem confrontadas as funções produtivas, a fim de perceber se realmente a forma social de produção tem a característica pós-capitalista defendida por alguns autores.

Gaiger (2000) afirma que o fenômeno da economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa. Em primeiro lugar, porque as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada. Assim, aquelas práticas:

- a) funcionam com base na propriedade social dos meios de produção, vedando a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular;
- b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos;
- c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (VERANO, 2001).

Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

De outra parte, o solidarismo mostra-se capaz de converter-se no elemento básico de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos.

Pesquisas empíricas vêm apontando que a cooperação na gestão e no trabalho, no lugar de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais. (GAIGER *et al.*, 1999; PEIXOTO, 2000).

A densidade do vínculo solidário certamente é variável, por vezes restringindo-se a meros dispositivos funcionais para economias de base individual ou familiar, por vezes alcançando a socialização plena dos meios de produção e sobrepondo, aos interesses de cada um, a sorte de um empreendimento associativo plenamente autogestionário. (GAIGER, 1999).

O processo de avanço das características solidárias, como a autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. E como afirma Gaiger (2003):

À medida que essas características acentuam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos que se converteram em propriedades de outrem, em mercadorias adquiridas e destinadas ao uso do capital. (GAIGER, 2003).

Na lógica solidária de produção, o trabalhador não estando mais separado do produto do seu trabalho, recupera as condições necessárias, mesmo que não suficientes para uma experiência integral de vida laboral e alcança um novo patamar de satisfação, de atendimento a anseios não apenas materiais ou monetários.

A partir disso, podemos verificar que as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas diferentes do modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada. No capitalismo o capital emprega o trabalho e na Economia Solidária os trabalhadores empregam o capital.

A crítica marxista ao capitalismo está centrada na análise das relações de produção. Por conseguinte, como relata Gaiger (2003), a defesa de uma alternativa econômica deve se sustentar em evidências de que, no modelo alternativo proposto, tais relações adquirem outro caráter e possuem chances reais de vigência histórica, ou seja, refletem interesses subjetivos dos trabalhadores e respondem a condições objetivas de viabilidade e persistência.

Ainda de acordo com Gaiger (2003) os empreendimentos solidários são tratados como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista.

Os argumentos de Singer, em defesa da profundidade da mudança contida na economia solidária, considerando a necessidade do aprendizado de um novo modelo econômico pelos trabalhadores; a melhora significativa nas condições de vida advinda do trabalho numa empresa autogestionária; e o fortalecimento que tais fatos representam para a luta geral dos trabalhadores contra a exploração capitalista (2000, p.18), em verdade dimensionam a transformação social a longo prazo, o que retira de perspectiva, por um outro caminho, entender a alternativa solidária, em si mesma, como a posta em marcha de um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém.

A socialização da terra e do trabalho, quando em graus avançados, rompe com a lógica e a tradição da pequena produção familiar. Modifica-se, portanto, a forma social de produção. Contudo, na grande maioria dos casos, a base técnica, derivada do estado das forças produtivas, permanece intocada ou superficialmente alterada, ao menos por um certo tempo. (GAIGER, 2003).

Desse modo a questão passa a ser como assimilar a base técnica da economia moderna, especialmente naqueles setores de maior densidade tecnológica e complexidade organizacional, sem utilizar o conteúdo social introduzido pela lógica produtiva capitalista nos respectivos processos de trabalho.

3.2.2 As Redes de Trocas como Prática Solidária de Produção: o Processo Produtivo com Moeda Social

As trocas simples mediadas por qualquer moeda não produzem valor, pois a produção do valor é realizada pelo trabalho, que gera produtos e serviços que se concluem no consumo. Na sociedade capitalista, os fluxos de valor realimentam o processo de concentração da riqueza produzida pelo trabalho nas mãos daqueles que detém o capital, e como já foi dito, as redes de troca solidárias tentam corrigir os fluxos de valor inerentes ao seu processo produtivo, para evitar a acumulação capitalista dentro da rede e fortalecer as cadeias produtivas nas quais os integrantes se inserem. Mance (2002) enfatiza que dentro das Redes de Trocas, a impossibilidade, na prática, de solidariamente acumular-se excedentes acaba inviabilizando um processo de reinvestimento, coletivamente gerenciado, que permita completar as cadeias produtivas, evitando a acumulação capitalista dos valores nelas gerados quando da aquisição de insumos, maquinarias, equipamentos, etc.

No processo produtivo, as redes de trocas operam com dois tipos de moedas, a social(interna) e a oficial(nacional), embora nas trocas circule apenas a moeda social. Mance (2002) se refere ao fato de a unidade interna circular - em tese - somente dentro das redes de trocas criar uma ilusão de que a riqueza nelas produzida se mantém dentro delas, quando de fato a maior parte desta riqueza nelas produzida, continua sendo acumulada por empresários capitalistas.

Além disso, as redes freqüentemente não conseguem atender todas as necessidades específicas dos processos produtivos de seus integrantes, para tanto são utilizadas moedas nacionais como única condição de obtenção de insumos e de outros elementos demandados no processo produtivo que não estão disponíveis nas redes. Nas palavras do autor:

[...] a inviabilidade de cambiar a unidade interna da Rede pela moeda oficial do país - conforme normatização da rede de trocas, implica em que todos os produtores necessitem de alguma atividade externa às redes de trocas ou de outra fonte de renda como forma de obter tais moedas para atender suas necessidades não cobertas por estas redes. (MANCE, 2002).

Embora aparentemente não se permita cambiar as unidades internas com a moeda nacional, Mance (2002) relata que no fluxo real de produção e circulação de valor, a integração ocorre com parcelas de valores produzidos na rede de trocas sendo acumulados fora dela em outros segmentos das cadeias produtivas não

cobertos por ela mesma. Isto acaba comprovando que a lógica "anti-acumulação" pretendida pelas Redes, neste formato, não ocorre. Para tanto o autor indica que:

[...] não é a adoção de um novo tipo de monetarismo ou a crença nos poderes das moedas -seja de que tipos forem - que permitirá romper com os fluxos de acumulação de valor que operam sob a lógica do capitalismo. Cabe avançar na colaboração entre distintas redes, possibilitando tanto a superação de debilidades [...] quanto o compartilhamento de características e procedimentos que nelas contribuíram a bons resultados. (MANCE, 2002).

3.2.3 As Redes de Trocas e a Colaboração Solidária

Segundo Mance (2001), a *colaboração solidária* pode constituir-se em uma estratégia adequada à organização de sociedades pós-capitalistas, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo solidárias, antagônicas não apenas ao neoliberalismo mas ao próprio capitalismo. A este fenômeno o autor deu o nome de "Revolução das Redes", e a caracterizou como:

[...] uma proposta estratégica que visa conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e a infinidade de organizações populares da sociedade civil como associações, sindicatos, ONGs, etc., em um complexo movimento de realimentação capaz de fortalecer ao conjunto dessas organizações e integrá-las em crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo, às várias práticas de dominação política e cultural a fim de promover o bem viver das pessoas. (MANCE, 2001).

Assim, nesta estratégia de rede, quanto mais se distribui a riqueza, através do reinvestimento coletivo dos excedentes em força de trabalho ou meios de produção, mais a riqueza de todos aumenta. Para que esta renda seja realmente reinvestida, Mance (2001) considera que as populações que estavam excluídas, ao serem incorporadas ao processo produtivo através destas redes, recebendo uma justa remuneração pelo seu trabalho, iriam consumir produtos e serviços solidários ativando o próprio processo produtivo.

3.2.4 Consumo Solidário e Labor Solidário

Mance (2001) acredita que a integração entre diversas redes solidárias e a

expansão do consumo solidário são condições imprescindíveis para viabilizar o reinvestimento coletivo dos excedentes e o fechamento da cadeia produtiva, culminando no crescimento dessas redes e em uma consistente frente ao modo de produção capitalista.

Segundo Mance (2001b)

Com efeito, quando *redes locais* deste tipo são organizadas, elas operam no sentido de atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem viver, ao mesmo tempo em que combatem as estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão, e começam a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida.

As Redes de Colaboração Solidária portanto:

- a) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador;
- b) atendem demandas imediatas desses atores por emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo, pela afirmação de sua singularidade negra, feminina, etc.;
- c) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural, e
- d) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Mance (2001) acredita que essas Redes de Colaboração Solidária, atuando sobre as condições necessárias ao exercício das liberdades, podem avançar na construção de uma nova formação social, que se configure no desenvolvimento de uma sociedade pós-capitalista. Economicamente, trata-se da difusão do consumo e labor solidários.

A respeito do *consumo solidário*, Mance (2001) diz que ele ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem viver pessoal, mas também o bem viver coletivo, uma vez que é no consumo que a

produção se completa.

O *consumo solidário* significa selecionar os bens de consumo ou serviços que atendam nossas necessidades e desejos visando tanto realizar o nosso livre bem viver pessoal, quanto promover o bem viver dos trabalhadores que elaboram aquele produto ou serviço, como também visando manter o equilíbrio dos ecossistemas.

O *labor solidário* significa, de acordo com Mance (2001) além dos aspectos referentes à autogestão e co-responsabilidade social dos trabalhadores, que o excedente do processo produtivo - o qual sob a lógica capitalista é acumulado por grupos cada vez menores - seja reinvestido solidariamente no financiamento de outros empreendimentos produtivos, permitindo integrar às atividades de trabalho e consumo aqueles que estão sendo excluídos pelo capital, ampliar a oferta de bens e serviços solidários e expandir as redes de produtores e consumidores, melhorando as condições de vida de todos que aderem à produção e ao consumo solidários.

3.2.5 A Estratégia das Redes de Colaboração Solidária

Mance (1999) afirma que as Redes de Trocas se caracterizam por organizar uma forma de produção e consumo, que não a capitalista. E fazem isto corrigindo os fluxos de valor no interior de uma cadeia produtiva. Quanto aos *Fluxos de Valor*, o autor relata que significa que o valor econômico produzido em cada etapa da cadeia produtiva circula pela rede, pode nela se concentrar ou dela evadir-se. Isto é, quando uma célula produtiva compra insumos do mercado capitalista certa quantidade de valor sai da rede realimentando o giro capitalista. Entretanto, se uma nova célula que produza aquele insumo for criada em conexão com as demais, então aquele permanece realimentando a produção de outra célula da rede.

Por outro lado, se o que for produzido na rede for consumido por parcelas mais amplas da sociedade então o volume de valor que resulta desse processo se concentra na realimentação da rede. O excedente de valor produzido pela rede pode ser reinvestido coletivamente, corrigindo o fluxo naturalmente capitalista, e criando novas unidades produtivas que satisfaçam as demandas produtivas ou de consumo final dela mesma. Faria esta realocação de valores de forma que a composição orgânica do capital não mudasse em favor da acumulação, e sim em favor de todos,

rompendo assim com a lógica da acumulação do sistema produtivo capitalista.

Assim, com os excedentes gerados nos empreendimentos solidários organizam-se novos empreendimentos produtivos criando-se oportunidade de trabalho para desempregados, propiciando-lhes um rendimento estável que se converte, graças ao consumo solidário praticado por esses mesmos trabalhadores, em aumento de consumo final de produtos da própria rede, gerando-se assim mais excedentes a serem investidos.

Os novos empreendimentos visam estrategicamente passar a produzir aquilo que ainda é adquirido no mercado capitalista, sejam bens e serviços para consumo final ou insumos, bens de produção, materiais de manutenção e outros itens demandados no processo produtivo. Esse expediente - acompanhado de uma crítica dos padrões capitalistas, ecologicamente insustentáveis de produção e consumo - visa corrigir os fluxos de valor, a fim de que o consumo final e o consumo produtivo não deságüem na acumulação privada fora das redes, mas possam nelas realimentar a produção e o consumo solidários, completando os segmentos das cadeias produtivas sobre os quais as redes ainda não tenham autonomia.

Nesta estratégia de rede, sob o que Mance (2000) denomina "*Paradigma da Abundância*", quanto mais se distribui a riqueza, mais a riqueza de todos aumenta, uma vez que tal distribuição se faz remunerando o trabalho que gera ainda mais riqueza a ser reinvestida e repartida.

Desse modo, as populações que estavam anteriormente excluídas, ao serem incorporadas ao processo produtivo e ao receberem uma justa remuneração pelo seu trabalho, podem consumir produtos e serviços solidários que garantam o seu bem viver, realimentando o próprio processo produtivo sob parâmetros ecologicamente sustentáveis.

Assim, busca-se integrar consumo, comercialização, produção e crédito em um sistema harmonioso e interdependente, coletiva e democraticamente planejado e gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades da reprodução sustentável do bem viver das pessoas em todas as suas dimensões, inclusive, nos âmbitos da cultura, arte e lazer. É a conexão em rede do consumo e produção em laços de realimentação, com distribuição de renda, o que viabiliza economicamente a consistência e expansão dessa alternativa à globalização capitalista. (MANCE, 2000).

3.3 A TRANSIÇÃO ENTRE MODOS DE PRODUÇÃO

Nos termos da teoria proposta, a *transição* significa uma passagem de uma sociedade estruturada sobre um modo de produção determinado, incapaz de se reproduzir, a uma outra sociedade, definida por outro modo de produção.

Um processo de transição é baseado em processos de longa duração. A transição estudada por Marx, do feudalismo ao capitalismo, exigiu uma análise apurada sobre o aparecimento das condições históricas que deram pleno curso à lógica do capital.

Segundo Gaiger (2003), nos termos da transição pós-capitalista, não basta identificar as insuficiências do capitalismo, sua irracionalidade, as necessidades sociais prementes que não satisfaz, etc. É necessário apontar uma nova lógica de desenvolvimento, impulsionada sob o capitalismo – ainda que não por ele - que seria melhor correspondida por relações sociais de um novo tipo, no caso, as baseadas no labor associado dos trabalhadores.

À medida que avança, o capitalismo dissolve, submete ou mantém presas outras formas sociais de produção. Como se tem observado, a única saída das experiências atuais tem sido adotar a base material moderna, oferecida como mercadoria, e curvar-se ao capital comercial e financeiro.

Dessa reconstituição histórica podemos destacar dois pontos do raciocínio desenvolvido por Gaiger (2003). Primeiramente o fato de que a nova forma social de produção capitalista, originalmente, aproveitou o modo material de produção já existente. E também, um novo desenvolvimento da base material provocado pelo significativo desempenho apresentado pelo capitalismo diante da demanda criada pela expansão da economia mercantil.

3.4 A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E CAPITALISMO

Nas condições atuais, os empreendimentos solidários experimentam extrema dependência da economia capitalista. Estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação capitalista, e como forma de acompanhar a produtividade competitiva, estão forçados a adotar a base técnica do capitalismo.

Gaiger (2003) avança no pensamento de que empreendimentos solidários, para que mantenham os seus traços distintivos, atendam as seguintes exigências:

- a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria;
- b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas;
- c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca.

Se isto vier a ocorrer, Gaiger (2003) afirma que estaremos presenciando uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no cerne da produção da vida material e social.

Porém o autor alerta que embora as experiências solidárias tenham sucesso em tal cumprimento não significará que tais empreendimentos estejam em vias de sobrepujar as empresas capitalistas, tornando-se disfuncionais ao sistema econômico para, a seguir, colocar em risco o próprio capitalismo.

O papel da economia solidária é dar a prova real de que a autogestão não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas (SINGER, 2000, p.28), por dispor de vantagens comparativas decorrentes da sua forma social de produção específica.

O fato observável nas experiências atuais e próximas à nossa realidade é que o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços.

Efeitos como esses, sublinhados pela literatura especializada (DEFOURNY, 1988; CARPI, 1997 *Apud* GAIGER, 2003) e conferidos em estudos empíricos (GAIGER, 1999), ao derivarem da natureza associada e cooperativa do trabalho e das características participativas dos empreendimentos, lhes conferem uma racionalidade própria, virtualmente superior a das empresas capitalistas que acionam os mesmos fatores materiais de produção.

A todo instante, surgem novas organizações de crédito, troca e consumo solidário, além de notícias de avanços nas que já existiam, gerando um ambiente de conexão aberto em encontros e projetos: cooperativas de crédito, bancos populares, moedas sociais, redes de troca, etc. Entretanto, salvo poucas iniciativas de maior porte ou relativa maturidade, esses mecanismos são experimentais: valem por seu significado intrínseco, não pelo seu impacto.

4 A REALIDADE DO MODELO ATUAL E SUAS RELAÇÕES COM A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

4.1 A REALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO

Neste tópico serão apresentados alguns dados estatísticos e econômicos dos Empreendimentos da Economia Solidária, organizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e também através de pesquisa específica realizada pela Unitrabalho.¹

No que tange especificamente as Redes de Trocas Solidárias, o raciocínio será iniciado através das experiências da Rede Compras e da Rede C3 Paraná, a título de exemplificação, uma vez que o volume financeiro envolvido ainda não é expressivo a ponto de inferir algo sobre o sistema como um todo, baseados nestes dados. A respeito das Redes de Trocas também serão apresentados dados reunidos pelo banco de dados da *Complementary Currency Community*.²

4.1.1 Dados Estatísticos dos Empreendimentos Solidários no Brasil

A Secretaria Nacional de Economia Solidária com o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas, está realizando o mapeamento da economia solidária no Brasil. Para isso, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária³ (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), foi instituído pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, através da Portaria nº 30, de 20 de Março de 2006. Porém, as atividades de pesquisa iniciaram desde o Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, no qual o artigo 18 estabelece as competências da Secretaria Nacional de Economia Solidária.⁴

¹ A Unitrabalho é uma rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, fundada no espírito de consorciar as Universidades em torno de ações em prol do conhecimento e emancipação dos trabalhadores. Esta iniciativa veio integrar os esforços, teóricos e práticos, de compreensão e propulsão das iniciativas da economia solidária.

² Banco de dados em nível mundial sobre sistemas de trocas, disponível para cadastro e consultas via internet, através do site <http://www.complementarycurrency.org>.

³ Para maiores informações acessar <http://www.sies.mte.gov.br>.

⁴ O Art. 18 do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004 está em anexo no final do trabalho.

4.1.1.1 Dados gerais e formas de organização

De acordo com o SIES, através do primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil realizado em 2005, foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários em 2.274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros). Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos Empreendimentos da Economia Solidária (EES) na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul.

TABELA 1 - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE EES POR ESTADO/REGIÃO

UF	Nº DE EES	% EES	Nº DE MUNICÍPIOS	% MUNICÍPIOS / TOTAL DE MUNICÍPIOS
RO	240	1,6	40	75
AC	403	2,7	20	87
AM	304	2,0	32	51
RR	73	0,5	14	88
PA	361	2,4	51	35
AP	103	0,7	13	76
TO	400	2,7	84	60
NORTE	1.884	13	254	56
MA	567	3,8	73	33
PI	1.066	7,1	83	37
CE	1.249	8,4	134	72
RN	549	3,7	77	46
PB	446	3,0	101	45
PE	1.004	6,7	129	69
AL	205	1,4	48	47
SE	367	2,5	63	83
BA	1.096	7,3	153	37
NORDESTE	6.549	44	861	48
MG	521	3,5	101	12
ES	259	1,7	59	75
RJ	723	4,8	82	88
SP	641	4,3	147	23
SUDESTE	2.144	14	389	23
PR	527	3,5	109	27
SC	431	2,9	133	45
RS	1.634	10,9	270	54
SUL	2.592	17	512	43
MS	234	1,6	25	32
MT	543	3,6	91	65
GO	667	4,5	127	51
DF	341	2,3	15	83
CENTRO-OESTE	1.785	12	258	53

FONTE: SIES - Ministério do Trabalho e Emprego (2005)

Estão associados nos empreendimentos econômicos solidários mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres, resultando em uma média de 84 participantes por EES. A este conjunto agregam-se mais 25 mil trabalhadores participantes que, embora não-sócios, possuem algum vínculo com os EES.

Considerando o ano de início das atividades constata-se que o fenômeno da Economia Solidária é bastante recente. A grande maioria dos EES teve seu início na década de 90 com gradativa expansão no século atual. O crescimento da Economia Solidária parece ser muito semelhante em todo o Brasil, não havendo, a princípio, nenhuma quebra significativa de tendência quando se compara o surgimento dos empreendimentos econômicos solidários por regiões, com destaque para uma maior expansão na região Nordeste.

O SIES também relata que quanto à forma de organização, os empreendimentos econômicos solidários estão distribuídos em: cooperativas, associações, grupos informais e outros (Sociedades Mercantis etc.).

As redes de trocas solidárias estão organizadas como Associação Civil sem fins lucrativos formada por empresas, profissionais liberais e consumidores. Segundo o mapeamento nacional da economia solidária, os empreendimentos organizados sob a forma de associação são predominantes, com 54% do total, seguidos dos Grupos Informais com 33%, Organizações Cooperativas com 11% e outras formas de organização totalizam 2% apenas.

Pesquisa realizada pela Unitrabalho estudou empreendimentos solidários em vários estados brasileiros, e demonstra que em muitos casos os empreendimentos de economia solidária encontram-se inseridos na economia informal, um fenômeno complexo, dotado de lógicas e princípios próprios, de circuitos e de forças de atração e retenção. Em análise destes dados, Gaiger (2004) conclui:

Assim a economia solidária não se define necessariamente em oposição à economia capitalista, que por sua vez tampouco determina invariavelmente ou esgota o sentido da economia popular, mas representa *outra economia*, antagônica ao caráter e ao lugar histórico subalternos que ambas, por razões diversas, reservam a quem vive do trabalho. (GAIGER, 2004).

4.1.1.2 Criação, remuneração e resultados econômicos

Os três principais motivos para a criação dos EES apresentados pelos participantes da pesquisa realizada pelo SIES são: alternativa ao desemprego 45%, complemento da renda dos sócios 44% e obtenção de maiores ganhos 41%. Dois

outros motivos têm destaque: possibilidade da gestão coletiva da atividade 31% e condição para acesso a crédito 29%.

Essa situação modifica-se de acordo com as várias regiões. O motivo "alternativa ao desemprego" é o mais citado nas regiões Sudeste 58% e na região Nordeste 47%. Por sua vez, na região Sul o motivo mais citado é a possibilidade de "obter maiores ganhos" 48% e "fonte complementar de renda" 45%. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, o principal motivo citado é o "complemento de renda" (46% e 53% respectivamente).

No mapeamento do SIES, do total de empreendimentos, somente 59,3% informaram a remuneração dos sócios. Deste total, 50% apresentam remuneração com valor até meio salário mínimo. Em 26,1%, a remuneração é de meio a um SM, totalizando 76,1%. Este dado deve ser compreendido à luz das motivações que originaram os EES, pois para muitos empreendimentos a razão de sua existência está na possibilidade de complementação de renda dos associados.

A maioria dos EES consegue obter sobras em suas atividades econômicas (38%) enquanto que somente 16% dos empreendimentos são deficitários, isto é, não obtiveram faturamento suficiente para pagar as suas despesas e 33%, embora não obtendo sobras, conseguiu pagar as despesas realizadas. 13% dos EES não são organizados com vistas à obtenção de resultados financeiros ou não informaram.

De posse desses dados, é interessante salientar que:

Ainda que os resultados econômicos sejam um estímulo, a decisão de iniciar e manter um empreendimento produtivo depende de outras dinâmicas e de recursos existentes apenas sob forma agregada, tal a noção de capital social. (PUTNAM, 1996; BAQUERO, 2003).

Outra pesquisa relevante neste sentido, envolvendo diversos empreendimentos em todo Brasil, organizada pela Unitrabalho, analisou que do ponto de vista dos resultados, baseado nos vários empreendimentos analisados, como a Univens e Coopernovi no Rio Grande do Sul, a Bruscor em Santa Catarina, a Roupagem em Pernambuco, apresentaram vantagens comparativas tanto em relação à economia popular, com seus formatos individuais ou familiares e com suas características de informalidade, quanto em relação às ofertas de trabalho assalariado efetivamente acessíveis para aqueles trabalhadores. (GAIGER, 2004)

4.1.1.3 Tipos de atividades e volume financeiro

O levantamento feito pelo SIES, constatou que as atividades desenvolvidas pelos EES resultam numa extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Para facilitar a análise foram agrupados por tipo de atividades. Os produtos mais citados pelos EES são aqueles relativos às atividades agropecuária, extrativista e pesca 42%, alimentos e bebidas 18,3% e diversos produtos artesanais 13,9%.

Considerando o valor da produção mensal do conjunto de produtos por tipo de atividade estes produtos apresentam uma participação relativa ainda maior 46,2%, 20% e 16,7% respectivamente, como mostra a tabela abaixo:

TABELA 2 - VALOR MENSAL DOS PRODUTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

PRODUTOS AGRUPADOS POR TIPO DE ATIVIDADE	VALOR MENSAL TOTAL R\$ ⁽¹⁾	% VALOR MENSAL
Produção Agropecuária, Extrativismo e Pesca	227.185.791,54	46,2
Produção e Serviços de Alimentos e Bebidas	98.227.398,19	20,0
Serviços Relativos a Crédito e Finanças	82.055.700,75	16,7
Produção Industrial (Diversos)	29.404.555,00	6,0
Prestação de Serviços (Diversos)	20.319.691,22	4,1
Produção de Artefatos Artesanais	13.624.943,08	2,8
Produção Têxtil e Confecções	9.307.757,59	1,9
Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais	4.430.797,12	0,9
Produção Mineral (Diversa)	1.977.436,33	0,4
Produção de Fitoterápicos, Limpeza e Higiene	935.211,00	0,2
Produção e Serviços Diversos	3.981.755,18	0,8

FONTE: SIES - Ministério do Trabalho e Emprego (2005)

(1) Do total de EES, 31% não declarou o Valor da Produção

4.2 AS REDES DE TROCAS SOLIDÁRIAS NO BRASIL

4.2.1 A Rede Compras

A Associação Compras foi fundada em 22 de abril de 2005, em Porto Alegre, com a iniciativa de introduzir o método C3 - Circuito de Consumo e Comércio no mercado Gaúcho. Este método foi desenvolvido pela Fundação Holandesa STROhalm e adaptada à realidade brasileira pelo Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral - InStroDI. (www.compras.org.br/index)

A proposta é inovadora no país, no entanto, já é estratégia consolidada em

diversas partes do mundo como base para o desenvolvimento econômico de algumas regiões. Na Suíça, por exemplo, a rede WIR movimenta mais de 1 bilhão de francos suíços em produtos entre empresas. Na Turquia, a Turkbarter oferece serviço similar, que opera com mais de 100 milhões de dólares de mercadoria por ano. Também nos Estados Unidos existem várias destas redes Barter, com mais de 150.000 empresas participantes. (www.compras.org.br/index).

O principal meio de divulgação e comercialização é através da internet no site www.compras.org.br. Para transações financeiras é utilizado o Software Cyclos, um software livre, similar a um Home-Banking, desenvolvido pela Fundação Holandesa STROhalm, sendo hoje utilizado por várias redes de trocas empresariais no mundo todo, como o LETS, os circuitos Barter, a rede alemã "Taushringe". A moeda em curso é a moeda interna de cada rede, e os juros utilizados são os juros "invertidos", ou taxa à liquidez, já apresentados no primeiro capítulo deste trabalho.

O uso deste tipo de software livre é uma solução promissora para a integração de várias redes de trocas, e conseqüentemente, se assim direcionado, entre os diversos Empreendimentos da Economia Solidária existentes no Brasil e no Mundo.

Atualmente a rede Compras conta com 576 Associados, e o Total de Circulação Interna já alcança R\$ 410.346.12. Não se trata de uma rede somente com associados solidários, há empresas capitalistas que participam também, pois é uma forma barata de aumentar as vendas.

Segundo o site da rede Compras, os preços praticados no seu âmbito, são em média 5% menores do que os praticados no mercado comum. De fato, o Compras permite a redução dos custos financeiros e o estímulo à excelência nas relações de consumo, através do uso da "moeda social" e da aplicação de princípios ligados à ética, boa fé, eficiência, transparência, prática de preços justos, dentre outros.

4.2.2. A Rede C3 Paraná

No Paraná, também há uma rede similar à Compras, é a Rede C3 Paraná. Esta Rede foi lançada em 14 de junho de 2005, em Curitiba, com a iniciativa de

introduzir o Método C3 – Circuito de Consumo e Comércio no mercado Paranaense. Atualmente a rede conta com 132 associados, que transacionam entre si também através do software Cyclos, utilizando também a internet como principal forma de divulgação e comercialização, através do site www.c3parana.org.br.

É uma rede que ainda está em processo inicial, sem movimentação financeira expressiva, composta predominantemente de empresas capitalistas, que não possuem no seu âmago os ideais solidários e que fazem uso desta forma de organização para aumentar vendas e reduzir certos custos. Mas a preocupação com as questões sociais está presente. Segundo o site da rede, a contribuição social se dá em esfera material e vivencial:

"Material, porque 60% das arrecadações com a Taxa à Liquidez, são estatutariamente destinadas a investimentos sociais. Portanto, somente transacionando através do Circuito, o Associado já sabe que está contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico da sua comunidade. Vivencial, porque, através do C3 Paraná, o Associado pode aprender e sentir como a sua participação é importante para o desenvolvimento econômico e o do tecido social de sua comunidade. Para isso, ele poderá participar dos Conselhos e Assembléias Gerais, e desta forma ter uma contribuição direta com o rumo da Associação C3 Paraná." (site C3 Paraná)

4.2.3 Estatísticas das Redes de Trocas no Mundo

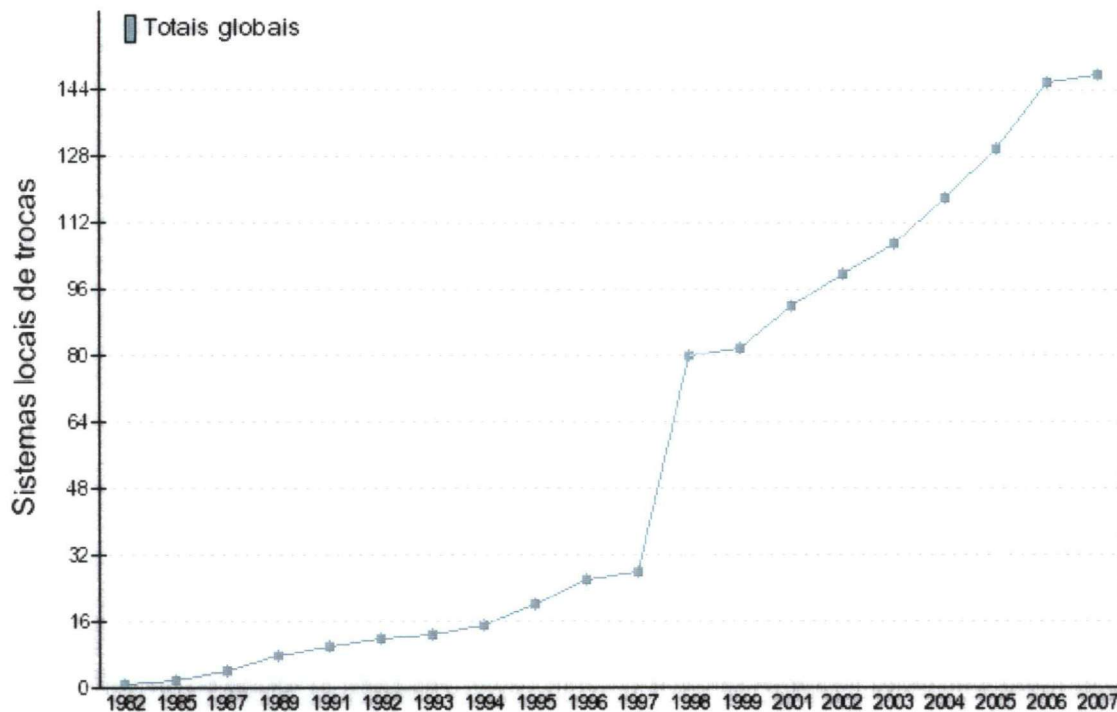
Os dados estatísticos em nível mundial no que diz respeito às redes de trocas são bastante escassos, porém a iniciativa do "*Complementary Community Currency System*", que mantém site na internet, criou um promissor banco de dados sobre estes sistemas de trocas.

Os relatórios podem ser filtrados por: sistemas locais de trocas, região, país, tipo de sistema de trocas e de organização, objetivos, fonte de financiamento, meio de troca, dentre outros. Oferecendo uma enorme gama de informações a respeito das redes de trocas, esta ferramenta será de extrema utilidade.

Porém, a quantidade de redes de trocas cadastradas é muito pequena perto do que realmente existe, pois só estão cadastradas as maiores redes, que já estão devidamente difundidas na internet. Os empreendimentos solidários e clubes

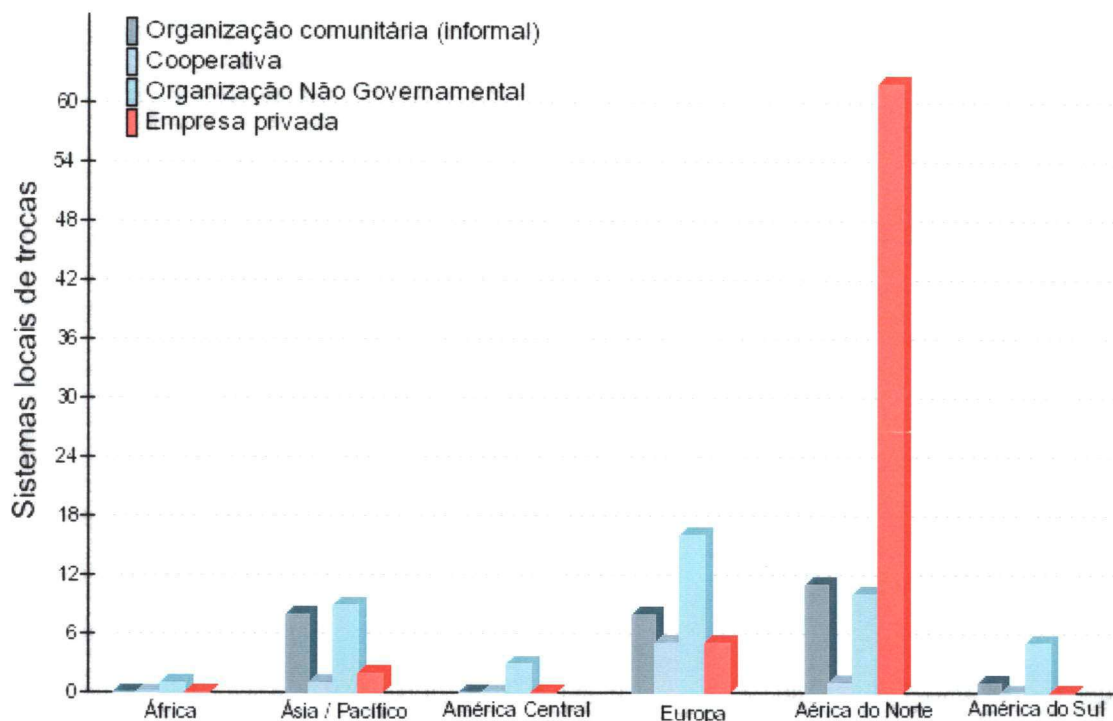
de trocas locais não são incluídos nestes relatórios.

GRÁFICO 1 - SISTEMAS LOCAIS DE TROCAS - CRESCIMENTO ANUAL



FONTE: ComplementaryCurrency.org

GRÁFICO 2 - SISTEMAS LOCAIS DE TROCAS - TIPO DE ORGANIZAÇÃO (DISTRIBUIÇÃO REGIONAL)



FONTE: ComplementaryCurrency.org

Em vista dos gráficos apresentados e de suas limitações podemos concluir que as redes de trocas estão em sua maior parte localizadas na Europa, o número de redes e o volume financeiro envolvido têm aumentado significativamente.

4.3 AS RELAÇÕES ENTRE OS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Ainda com base nas pesquisas que foram citadas anteriormente, iremos dar ênfase nas análises das relações entre os empreendimentos solidários, pois este foi o ponto crucial apontado pelas análises teóricas, para que a forma solidária de produção consiga romper com a acumulação capitalista de forma completa.

4.3.1 Comercialização e Cooperação

Quanto à comercialização, o mapeamento nacional concluiu que os produtos e serviços dos EES destinam-se predominantemente aos espaços locais. 56% dos EES afirmaram vender ou trocar produtos e serviços no comércio local comunitário e 50% em mercados/comércios municipais. Apenas 7% dos EES afirmaram que o destino de seus produtos é o território nacional e 2% que realizam transações com outros países.

Ações cooperativas entre diferentes empreendimentos solidários é um quesito

primordial quando analisamos a questão do ponto de vista da consolidação, no longo prazo, de um modo de produção social, livre dos ideais capitalistas, com fluxos de valor corrigidos, nos termos de Mance (2000).

De acordo com a pesquisa do SIES, foram considerados para avaliação desse tópico empreendimentos que efetuam no mínimo um dos seguintes atos: aquisição de insumos dos próprios associados ou de outros empreendimentos econômicos solidários e comercialização/troca de seus produtos ou serviços com outros empreendimentos da economia solidária. A pesquisa apontou que no Brasil, mais de 5.500 empreendimentos (37%) afirmam estar nessa situação.

4.3.2 O "Grau de Solidarismo" dos Empreendimentos Solidários

No capítulo anterior, quando foram tratadas questões teóricas sobre o assunto, foi destacado que a estratégia de integrar os empreendimentos solidários tem dentre outros objetivos responder às necessidades da reprodução sustentável do bem viver das pessoas em todas as suas dimensões. Ou seja, no âmbito da economia solidária há uma preocupação com as questões econômicas, sociais e ecológicas de todos os membros da comunidade.

Segundo o mapeamento nacional, do total de EES, 67,4% afirmam que se preocupam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços e 58,2% têm compromisso social ou comunitário. 59,4% participam de movimentos sociais e populares e 42,2% de redes ou fóruns de Economia Solidária.

Outra pesquisa a respeito dos empreendimentos solidários organizada pela Unitrabalho, demonstrou também em diferentes Estados que um maior "grau de solidarismo" interno corresponde também a maior envolvimento com as necessidades locais e com os problemas sociais em geral. (GAIGER, 2004).

Outra interessante questão assinalada pelo SIES, diz respeito à preocupação com a qualidade de vida e o meio-ambiente. Foi constatado que, dentre outras preocupações apresentadas pelos EES, temos 4.280 (28,6%) empreendimentos que afirmam oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, enquanto que 4.754 (31,8%) afirmam realizar reaproveitamento dos resíduos.

4.3.3 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária – EAFs

Quando levantados os pontos importantes para a consolidação de uma rede de colaboração solidária, também no capítulo anterior, foi enfatizada a importância de Entidades de Apoio no auxílio aos empreendimentos solidários, que carecem de políticas públicas de incentivo, e originalmente estão localizados em regiões onde o capital financeiro é escasso.

No relatório elaborado pelo SIES foram identificadas 1.120 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária – EAFs no Brasil. Verificou-se que a participação relativa destas entidades nas regiões é semelhante à participação relativa dos empreendimentos, com maior concentração na região Nordeste (51%).

Quanto à forma de organização das EAFs, verifica-se que há uma predominância das Organizações Não Governamentais com natureza jurídica de associação (46%), com quase metade dos casos. Em seguida as Fundações (13%) e Oscips (organizações da sociedade civil de interesse público) com 12% do total.

Do total de organizações, 43,5% afirma não possuir nenhum tipo de vínculo com outras organizações sociais e políticas. Destaca-se o vínculo com instituições religiosas (24,0%), seguido pelo movimento sindical (11,7%).

4.4 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO – O EXEMPLO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS ITALIANOS

A partir da realidade apontada pelos estudos estatísticos, pode ser afirmado que uma rede de colaboração solidária ainda não acontece na prática, as experiências da economia solidária ainda estão dispersas e as redes de trocas estão tomadas por empresas capitalistas. Porém, não é por este motivo que tais empreendimentos deixam de gerar desenvolvimento solidário.

Singer (2004) difere desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. A respeito do desenvolvimento capitalista, o autor relata que é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes da competição, do individualismo e do Estado mínimo. Já o desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos

mercados.

Singer (2004) ainda afirma que a economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual.

Singer também aponta uma experiência de sucesso, os Distritos Industriais Italianos, onde há cooperação entre empresas em diferentes níveis da cadeia produtiva, em um movimento similar ao imaginado por Mance para a rede de colaboração solidária.

O segredo do sucesso dos distritos industriais, segundo Singer (2004):

Em primeiro lugar, a cooperação entre as empresas. Em cada distrito há uma divisão de trabalho, em que grupos de empresas se encarregam de diferentes etapas da cadeia produtiva. Embora só algumas empresas tenham acesso direto aos mercados finais – são as que dão o acabamento aos produtos – as que lhes fornecem insumos não se subordinam a elas, como é comum na economia capitalista. Nesta, a empresa que completa o ciclo produtivo é a que projeta o produto e determina o que e como as empresas subcontratadas devem produzir.

Nos distritos industriais, continua Singer (2004), o projeto do produto final é elaborado por todas as empresas envolvidas. Isso permite que as empresas encarregadas das etapas iniciais, assim como as que se responsabilizam pelas etapas intermediárias, possam colaborar, oferecendo o seu conhecimento especializado para aperfeiçoar a qualidade do produto e os processos produtivos em todas as suas etapas.

Este espírito de cooperação permeia todas as relações entre as empresas de cada distrito, assim como entre os distritos. As empresas, em cada mercado, competem entre si, mas sem procurar destruir o concorrente para dominar o mercado. Todos sabem que o êxito de cada empresa depende do êxito de todas. (SINGER, 2004).

Isso permite a livre troca de informações e idéias, condição básica para a ajuda mútua. As firmas não guardam segredos de seus concorrentes, pois são membros da mesma comunidade de negócios.

Singer (2004) também destaca que a prontidão entre firmas para *cooperar* é outra característica importante de distritos industriais, uma espécie de cooperação que, longe de sufocar a competição, de fato a ajuda e pode haver prontidão

para compartilhar informação, assim como idéias sobre novas tecnologias ou produtos, que ajudam todas as firmas no distrito a se tornarem mais eficientes por meio de melhor produtividade, qualidade, desenho etc. Esta partilha de informação pode ser realizada informalmente num nível pessoal ou mais formalmente por meio de instituições especialmente estabelecidas. Tais instituições podem ser associações de empregadores ou trabalhadores, ou centros de serviços oferecendo conselhos "sobre o balcão".

A provisão coletiva de serviços e informação torna acessível algo que pequenas firmas de outro modo não poderiam esperar administrar como unidades individuais isoladas. A existência de instituições, e talvez ideologias, capazes de sustentar relações cooperativas coletivas aparece como crucial (SENGENBERGER e PYKE, 1992, p.4-5).

Singer (2004) aponta que:

A lógica solidária é apostar nas virtudes da cooperação em obter ganhos de produtividade que viabilizem a baixa dos preços para enfrentar a concorrência, sem prejudicar os trabalhadores. O pressuposto aqui é que a cooperação entre patrões e empregados pode ensejar inovações que elevam a produtividade, preservando os empregos e a remuneração dos trabalhadores. (SINGER, 2004).

Se a economia contemporânea fosse unicamente capitalista, como Marx supôs que acabaria sendo, o desenvolvimento também seria governado pela lógica do grande capital. Se a economia no futuro se tornar completamente solidária (ou socialista), é de se esperar que o desenvolvimento será governado pela lógica da solidariedade.

Mas, até o momento, a previsão de Marx não se realizou. O desenvolvimento econômico ao longo dos dois últimos séculos não tendeu a eliminar os modos de produção não-capitalistas – a pequena produção de mercadorias, a economia social e solidária e a economia estatal – e nas últimas décadas reforçou a presença e o papel destes outros modos de produção no seio da formação socioeconômica dominada pelo capitalismo. O desenvolvimento vem tornando a economia mais mista, ou seja, uma combinação cada vez mais complexa de modos de produção.

Uma importante observação de Singer (2004): "No plano econômico, os

diferentes modos de produção competem, mas também se articulam e cooperam entre si. No plano político e ideológico, no entanto os antagonismos entre as duas lógicas e seus valores opostos só se acentuam." (SINGER, 2004).

Uma das diretrizes teóricas fundamentais da pesquisa, diante das diversas manifestações empíricas da economia solidária, consistiu em identificar alterações objetivas nas relações entre os agentes do processo produtivo e deles com os meios de trabalho e produção, com radicalidade suficiente para superar a divisão entre o capital e o trabalho típica do modo de produção capitalista. (GAIGER, 2004).

Como bem assinala Harvey (1989), a propósito da fase de acumulação flexível do capitalismo, estratégias de participação nos lucros e de maior participação dos trabalhadores na gestão seguem o mesmo princípio das tendências abertamente regressivas, como as de terceirização e de flexibilização das relações de trabalho.

Modificam-se os princípios e os fins da organização econômica. alteram-se ao mesmo tempo as relações que os indivíduos contraem entre si, no que tange aos meios de produção, ao processo de trabalho e a seus resultados. Uma nova racionalidade passa a presidir o agenciamento dos fatores produtivos. (GAIGER, 2001; 2002).

De acordo com as pesquisas empíricas, comprova-se que as relações contraídas entre os indivíduos em meio ao processo produtivo, realmente são antagônicas aos pilares com os quais o capitalismo foi construído, a divisão total entre capital e trabalho. Este sentimento de união entre o trabalho e os meios de produção está no âmago do processo produtivo solidário.

4.5 DIFICULDADES DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Não resta dúvida que as experiências de economia solidária deparam-se com infindáveis dificuldades. De acordo com a pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego constata-se que 61% dos EES afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% para acesso a crédito e apenas 27% tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica.

Já a pesquisa da Unitrabalho destaca o paradoxo dos empreendimentos solidários terem na sua capacidade de trabalho a sua fonte principal de sustentação e, ao mesmo tempo, a razão de muitas fragilidades. Além da defasagem tecnológica e

despreparo técnico-profissional, em termos de competências já adquiridas e em capacidade de inovação. Também foi apontado que sofrem as conseqüências da divisão social do trabalho instaurada pela lógica de produção capitalista, cuja expressão material são os diferentes arranjos técnico-produtivos, em suas variantes pré-fordistas, fordistas e pós-fordistas.

Por conta de sua insuficiente ou nula capitalização, os empreendimentos solidários necessitam realizar sua acumulação primitiva, sem contarem com alternativa razoável senão, à parte suas parcas economias privadas, gerar excedentes coletivamente sobre o seu próprio trabalho. (GAIGER, 2004).

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do mapeamento realizado pelo SIES, podem ser levantados alguns pontos positivos e negativos. Dentre os pontos fortes podemos destacar: produção destinada ao mercado, com estratégias de comercialização, cuidados com a destinação dos resíduos e a preservação do ambiente natural; trabalho exercido predominantemente pelos sócios do empreendimento; participação dos sócios nas decisões, via assembleias ou reuniões gerais; gestão transparente e fiscalizada pelos sócios; e participação social e comunitária. Como pontos fracos podemos citar: incapacidade de obtenção de crédito e de recursos para investimento; insuficiência de remuneração regular; benefícios e direitos sociais vinculados ao trabalho; falta de investimentos na formação de recursos humanos; troca ou comercialização escassa entre empreendimentos solidários; limitada participação em fóruns de articulação e em redes de comércio solidário.

As formas de produção solidária demonstram segundo a análise de GAIGER (2004b) que seus princípios intrínsecos não os impedem de competir no mercado, portanto não necessitam aguardar a dissolução da economia de mercado para existirem e gerarem benefícios.

Além disso possuem vantagens relativas do ponto de vista da eficiência, seja devido à motivação moral e material dos sócios-trabalhadores, seja devido à sua capacidade adaptativa diante dos mercados voláteis e fragmentados. (CAILLÉ, 2003, p.235 *Apud* GAIGER, 2004b).

Nas condições atuais, relata Gaiger (2004b), os empreendimentos solidários sofrem uma dupla subordinação à economia capitalista: de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio imposta ao conjunto dos agentes econômicos; de outro, para responder à premissa de produtividade competitiva, vêm-se compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os modos materiais de produção por ele introduzidos continuamente.

Estamos concluindo positivamente sobre o caráter histórico inovador das experiências de economia solidária. A emergência e a consolidação dessas iniciativas decorrem de um conjunto de circunstâncias específicas, não generalizáveis para a sociedade. (GAIGER, 2004b).

5 CONCLUSÃO

Analisando o fenômeno da economia solidária, a partir do seu surgimento, passando por sua evolução até o atual momento, e dando ênfase aos empreendimentos solidários organizados em redes buscamos testar a afirmativa de alguns autores de que estes empreendimentos estão próximos de se configurar em uma forma pós-capitalista de produção.

A afirmativa de uma forma de produção pós-capitalista pressupõe que a forma social de produção conseguiria desvincular-se totalmente do sistema capitalista, onde a produção seria realizada integralmente no circuito da economia solidária, ou seja, toda a cadeia produtiva, desde a matéria-prima, incluindo a mão-de-obra, até a consolidação do produto final e a comercialização seriam realizados no âmbito da economia solidária.

Durante o trabalho, foi abordada a questão do ponto de vista teórico, primeiramente apresentando o que é um modo de produção, e posteriormente diferenciando o modo de produção capitalista do modo social de produção. Também foi incluída nesta análise como deveria ocorrer a transição entre modos de produção, e detalhamos a estratégia das redes de colaboração solidária.

As redes de colaboração solidária foram apresentadas por autores como Euclides Mance, como uma forma concreta de "fechar" as cadeias produtivas no interior da economia solidária, utilizando o modo social de produção, rompendo assim com a acumulação capitalista, inerente ao modo de produção desse sistema.

Esta análise de cunho teórico acabou demonstrando que a transição entre modos de produção é extremamente complexa, e tanto do ponto de vista histórico, da transição do feudalismo para o capitalismo, quanto da perspectiva da atual sociedade, a economia solidária, mesmo com a formação de uma rede de colaboração entre os empreendimentos solidários, não se configura em uma forma pós-capitalista de produção, e ainda faz uso base material do capitalismo.

É possível afirmar que há uma interdependência entre economia solidária e economia capitalista, sendo que os empreendimentos solidários ainda estão sujeitos aos efeitos da acumulação capitalista. E a economia capitalista, que opera

em ciclos e gera desigualdades, faz uso da economia solidária como fator de estabilização, como mostrou a pesquisa realizada por James Strodger.

Desta forma, foi concluído na análise teórica que a economia solidária tem uma forma peculiar de produção, baseada em uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção, tem em sua essência ideais antagônicos aos ideais vislumbrados pelo modo de produção capitalista, porém tanto em sua estrutura atual, como na forma de uma rede de colaboração entre diversos empreendimentos solidários, não se configura em uma forma pós-capitalista de produção. A forma de produção solidária convive com a forma de produção capitalista.

O tema central também foi testado numa perspectiva empírica, apesar da escassez de dados estatísticos do assunto, tanto pela natureza do fenômeno solidário, de situar-se onde o capitalismo não cumpre o papel do desenvolvimento, quanto pelo movimento solidário ser relativamente recente.

Para esta verificação foram utilizados dados do Ministério do Trabalho, que realizou um mapeamento da economia solidária no Brasil, dados mundiais reunidos através do banco de dados na internet do *"complementary currency"*, e dados levantados por pesquisas realizadas pela Rede Unitrabalho. Além da apresentação de alguns detalhes das redes de trocas Compras, do Rio Grande do Sul, e C3 Paraná.

Ao analisar os dados estatísticos, primeiramente ponderamos a sua limitação, pois o mapeamento do Ministério do Trabalho conseguiu reunir informações de apenas 41% dos empreendimentos solidários, e o volume de dados do site *"complementary currency"* está muito longe do volume real de sistemas de trocas mundiais.

Apesar desta limitação as pesquisas demonstram por exemplo, que os empreendimentos solidários realmente surgem como alternativa ao sistema capitalista tradicional, que as atividades mais usuais desses empreendimentos estão ligadas à formas de produção mais simples, com baixo coeficiente tecnológico, como a produção agropecuária.

No que tange o ponto central do trabalho, o rompimento com a acumulação capitalista por parte do modo social de produção, alguns dados auxiliam a conclusão já obtida do ponto de vista teórico, como o fato da remuneração nos empreendimentos solidários brasileiros ser extremamente baixa, apesar dos ideais de valorização do

trabalho.

Outro importante dado estatístico apurado diz respeito às relações entre empreendimentos solidários, onde 37% afirmam comercializar ou trocar produtos com outros empreendimentos, percentual muito aquém do ideal quando pensamos na formação de uma sólida rede de colaboração entre os empreendimentos.

Podemos destacar também que, pelo menos no Brasil os ideais solidários como a preocupação com a qualidade de vida dos consumidores e do meio ambiente, e o compromisso social estão de fato arraigados no âmago dos integrantes dos empreendimentos solidários, como demonstrou a pesquisa do Ministério do Trabalho.

Com relação ao mapeamento mundial das redes de trocas, é interessante enfatizar que o crescimento anual de novos sistemas é significativo, e os maiores volumes de transações estão localizados na Europa. Porém através da análise de detalhes das redes brasileiras Compras e C3 Paraná, foi constatado que há muitas empresas puramente capitalistas no interior destas redes, que fazem uso deste tipo de sistema para reduzir custos e aumentar vendas e lucros, permanecendo distante do modo de produção social propriamente dito. Este é mais um ponto a ratificar a conclusão que foi apresentada anteriormente, de que os empreendimentos solidários, mesmo organizados em redes não se constituem em uma forma pós-capitalista de produção.

Para finalizar, podemos concluir também que as iniciativas solidárias têm um caráter inovador, ao buscar a união entre o trabalho e o capital, através da preocupação com o bem-estar da sociedade como um todo e da importante relevância atribuída à questão ambiental. Além de inovador extremamente benéfico para atenuar desigualdades e desequilíbrios gerados pelo capitalismo.

REFERÊNCIAS

- BÚRIGO, Fábio Luiz. Artigo do Programa de Pós-Graduação Sociologia Política: **Moeda social e a circulação das riquezas a economia solidária**. Fev. 2001, Florianópolis, SC. Disponível em: <money.socioeco.org/documents/67pdf_Moeda.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2004.
- CAILLÉ, Alain (2003). Sur les concepts d'économie en général et d'économie solidaire em particulier". Revue du M.A.U.S.S., Paris, La Découverte, n. 21, p.215-235. In: GAIGER, Luiz I. **Sentido e viabilidade das novas formas de produção não capitalistas: alguns resultados de pesquisa sobre a economia solidária no Brasil**. Toronto, Canadá, Jul. 2004.
- CORAGGIO, J. **Economia Urbana: la perspectiva popular**. México: Fondo de Cultura Economica, 1996.
- CULTI, Maria Nezilda.(2004) **Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos**. Disponível em: <www.unitrabalho.org.br>. Acesso em: 25/04/2007.
- DEFILA, Heidi (1994) Sixty Years of the WIR Economic Circle Cooperative: Origins and Ideology of the Wirtschaftsring, **WIR Magazin**, September. An English translation by Thomas Geco is available at. Disponível em: <<http://www.ex.ac.uk/~RDavies/arian/wir.html>>. Acesso em: maio 2007.
- DEFOURNY, Jacques (2001). Entrevista concedida a Noëlle Lechat pelo Diretor do *Centred'Études Sociales*. Liège, Bélgica, 15 jun. In: LECHAT, Noëlle Marie Paule **Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?**. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v.2, n.1, 2002.
- GAIGER, L I. (2003c). **A economia solidária frente a novos horizontes**. São Leopoldo. Disponível em: <www.ecosol.org.br>. Acesso em: 18/06/2007.
- _____. (2003) **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. São Leopoldo: Unisinos. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 18/06/2007.
- _____. **A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres**. Contexto e Educação, Ijuí-RS, n.50, p.47-71. 1998.
- _____. **As microexperiências populares: novas malhas de um tecido social?** Rio de Janeiro: Tempo e Presença, n.282, p.11-13, 1995.
- _____. **Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?** In: GAIGER, Luiz I. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996. p.101-126.
- _____. **O trabalho ao centro da economia popular solidária**. XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1999.

GAIGER, L. I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p.267-86.

_____. Sentido e possibilidades da economia hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel; COSTA, Beatriz; LARA, Francisco (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.167-98.

_____. Sentido e viabilidade das novas formas de produção não capitalistas: alguns resultados de pesquisa sobre a economia solidária no Brasil. Toronto, Canadá, Jul. 2004b.

_____. As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, n.159, p.103-151, 2001.

_____. O trabalho ao centro da economia popular solidária. XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1999.

GAIGER, L. I.; LARA, F. M.; SOMMER, I. Cadernos Cedope. A Economia Solidária no Rio Grande do Sul - Viabilidade e perspectivas. Disponível em: <www.ecosol.org.br>.

GESELL, Silvio, **Die Natürliche Wirtschaftsordnung durch Freiland und Freigeld /The Natural Economic Order**, Berlim 1916 (Edição inglesa: Berlim 1929). Disponível em: <<http://www.systemfehler.de/en/neo>>. Acesso em: 19 ago. 2004.

GIANNOTTI, J. (1976). "Notas sobre a categoria 'modo de produção' para uso e abuso dos sociólogos". Estudos CEBRAP. São Paulo. 17: 161-168.

GUÉLIN, André (1998). L'invention de l'économie sociale. Paris: Econômica. In: LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.2, n.1, 2002.

HARVEY, David (1989), *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola. In: GAIGER, Luiz I. Sentido e viabilidade das novas formas de produção não capitalistas: alguns resultados de pesquisa sobre a economia solidária no Brasil. Toronto, Canadá, Jul. 2004.

LAVILLE, Jean-Louis (Dir.) (1994). L'économie solidaire. Paris: Desclée de Brouwer. In: LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.2, n.1, 2002.

LAVILLE, Jean-Louis; Roustang, Guy (1999). L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre. v.2, n.1. 2002.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.2, n.1, 2002.

MANCE, E. A Colaboração Solidária como uma Alternativa à Globalização Atual. **Revista Missioneira**, Santo Angelo-RS, n.16. p.55-91, jun. 1999. Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/alternativa2.html>. Acesso em: junho 2004.

_____. A consistência das redes solidárias. *Revista de Ciências Sociais*, Unisinos, São Leopoldo, v.37, n.159, p.177-204.

MANCE, E. A. A Revolução das redes: como se constrói um "sistema solidário" e participativo. *World Social Fórum*, Pádua, maio de 2001. Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/construir.htm>. Acesso em: junho 2004.

_____. Redes de trocas e cadeias produtivas – limites e alternativas. Publicado em: ARKEL, Henk Van. *Onde está o dinheiro?* Porto Alegre, Dacasa, p.91-97, 2002.

_____. A consistência das redes solidárias. *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, n.159, p.177-204, 2001.

_____. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, K. *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Col. Os Pensadores).

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. Livro 3, v.6.

MEDEIROS, Marcelo. *O que fazem os ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo. Hucitec/ANPOCS, 2005.

PYKE, Frank; SENGENBERGER, Werner (Eds.). *Industrial Districts and Economic Regeneration*, Genebra, International Labour Studies, 1992. In: SINGER, Paul. *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, n.51, 2004. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: maio 2004.

RAMADA, Camilo. *Da acumulação à circulação: o efeito dos juros invertidos*. Disponível em: <http://www.instrodi.org/data/uploads/19_doc>. Acesso em: 19 ago. 2004.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

REVISTA DE ESTUDOS AVANÇADOS, n.51, 2004. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: maio 2007.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P.; MACHADO, J. *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Clubes de trueque y economia solidaria**. *Revista Trueque*, Buenos Aires, Año 2, n.3, 1999. Disponível em: https://infotek.awele.net/d/f/186/186_SPA.pdf?public=FRE&t=.pdf. Acesso em: maio 2007.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. São Paulo, 2004.

STODDER, James. **Corporate Barter and Macroeconomic Stabilization**. *International Journal of Community Currency Research*, v.2, n.2, 1998. Disponível em: www.geog.le.ac.uk/ijccr/volume2/2js.htm. Acesso em: agosto 2004.

STUDER, Tobias. **WIR em Unserer Volkswirtschaft**. Basileia: WIR, 1998.

TIRIBA, L. **Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad: rastreando el debate histórico**. Ijuí-RS: Contexto e Educação, n.46, p.7-34, 1997.

VERANO, L. **Economia solidária, uma alternativa ao neo-liberalismo**. Santa Maria: Cesma Edições, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 - ART. 18, DECRETO N.º 5.063, DE 3 DE MAIO DE 2004

- I subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério;
- II articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;
- IV colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- V estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;
- VI estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VII contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;
- VIII propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;
- IX apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;
- X promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;
- XI supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

- XII supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;
- XIII supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- XIV apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e
- XV articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

O Decreto número 5.063, de 03/05/2004, aprova a Estrutura Regimentar e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências, dentre elas as competências da Secretaria Nacional de Economia Solidária citadas acima.